

O escritor Taine empresta ao seu realismo científico uma forma que é de natureza artística e literária equivalente, para a história, ao que Flaubert, Zola e Maupassant foram para a literatura da mesma época. Sua importância historiográfica maior reside nas indicações que fez sobre as imensas possibilidades, ainda quase inexploradas, presentes em fontes que não os jornais e os documentos oficiais, existentes em arquivos parisienses e departamentais. Deve-se-lhe também reconhecer o mérito de ter chamado a atenção dos historiadores para a violência quase anárquica que se verifica nas diversas "províncias" durante a Revolução, sobretudo as "jacqueries".

No entanto, em que pesem leituras que alguns fizeram de sua obra, Taine não foi propriamente um defensor do Antigo Regime, nem tampouco deixou-se contaminar pelos viés patriótico de tantos dos seus colegas. Sua condenação da Revolução não provém de algum tipo de posição legitimista ou bonapartista, pois, embora à sua maneira, ele era um liberal que acreditava num governo esclarecido, descentralizado, sob a responsabilidade das elites sociais. Assim, do seu ponto de vista, foi a Monarquia quem cavou sua própria sepultura; a partir daí, tendo os "teóricos" demolido as últimas barreiras da civilização, o "esgoto" fez valer a sua vontade; coube então a um tirano perceber que havia chegado a sua oportunidade; "assim foi a Revolução Francesa".(25)

Taine representa uma verdadeira ruptura com a tradição historiográfica liberal da Revolução Francesa, pois, seu nihilismo tende a aproximá-lo da direita, fato que talvez explique a grande aceitação que teve entre os grupos conservadores franceses.(26) Para os republicanos, pelo contrário, o livro de Taine representou um verdadeiro desafio, talvez o maior até então lançado.

*

* *

É possível que, em relação ao clima político e mental da década de 70 na França, Taine constitua um caso-limite. No entanto, houve muitas outras críticas endereçadas à Revolução durante essa época, se bem que menos amargas e contundentes. Na realidade, desde os anos 50, Lamartine (1856) e Quinet (1855) haviam empreendido sua autocrítica enquanto historiadores da Revolução. Afinal de contas, tanto o romantismo quanto o bonapartismo haviam ficado para trás, substituídos pelo autoritarismo napoleônico, e os republicanos mais e mais estavam divididos entre a democracia "legal" e a democracia "social", igualitária.

Como expressão desses novos tempos, a controvérsia entre Quinet e Peyrat, em 1866, opõe duas interpretações republicanas da Revolução: Quinet desmistifica a Revolução e analisa o "93" como tendo sido a presença da contra-revolução no próprio centro da Revolução ao concretizar a ruptura entre a igualdade civil e a liberdade; contra-argumentando, Peyrat, como bom militante jacobino que era, sublinha que a Revolução é um todo, indivisível, e é assim que se deve aceitá-la.(27)

Para os historiadores republicanos moderados os receios pareciam bastante oportunos uma vez que identificam os jacobinos e os socialistas como membros de um só bloco. Michelet, em 1867, afirmou que a liberdade continuava a ser a questão fundamental (em sua crítica a Peyrat, "esse doutrinador do Terror"); em 1869, em "Le Tyran", Michelet ataca Robespierre e contribui para fortalecer os partidários de Dan-

ton e Hébert. A reabilitação de Danton, às custas de Robespierre, transforma-o no novo herói da escola positivista. Na verdade, Robespierre já fora rejeitado por Proudhon (1867) que não lhe perdoava o ataque ao federalismo, e também por Blanqui, admirador de Hébert e dos "sans-culottes", traídos pelo "Incorruptível", no seu entender. A "queda da Montanha" trouxe de volta a Gironda ao primeiro plano da historiografia.(28)

d) A fase dos anos 1880 até 1945

Com o **triunfo da III República**, a qual significa, segundo Clémenceau, a afirmação da continuidade da Revolução de 1789, a mística revolucionária está agora no poder mas "corre o perigo de se converter em engrenagem ideológica do regime e ficar soterrada sob as honras oficiais e as celebrações arqueológicas". Enfim, a Revolução Francesa institucionaliza-se e se converte na doutrina oficial da Universidade, seu lugar, de agora em diante, de ensino e pesquisa sob o patrocínio do Estado.(29)

Unidos "sobre o solo comum da Revolução" os historiadores republicanos estão unidos também na adesão aos princípios da "escola metódica", denominada por muitos de "positivista", cujos "papas" eram Langlois e Seignobos. Segundo estes, a cientificidade da história repousa essencialmente no seu método, inspirado na erudição crítica germânica que remontava a Ranke. Logo, fazer história é uma ciência e como tal deve ser ensinada e aprendida em nível superior. "L'Histoire n'est que la mise en oeuvre des documents", ou seja, os fatos precisam ser estabelecidos a partir das evidências documentais e organizados segundo o seu padrão original. Fiel à erudição crítica, a escola metódica faz fincapé na imparcialidade do historiador a qual resulta da eliminação da sua subjetividade. Até os anos 30, quando os "Annales", fundados em 1929, começaram a irradiar sua influência renovadora, os historiadores da Revolução serão discípulos mais ou menos fiéis dos princípios científicistas dessa escola.

Durante essa fase, o grande expoente da historiografia revolucionária foi **Alphonse Aulard**. Tendo ocupado a cátedra de História da Revolução criada na Sorbonne desde sua fundação, ele organizou ou coordenou a publicação de dezenas de volumes de documentos sobre a Revolução, inspirou discípulos da estatura de Mathiez, Cahen, Renouvin e Pariset e realizou ou supervisionou uma autêntica revolução na organização da produção historiográfica sobre a Revolução Francesa.

Tanto a segurança de Aulard, presente nos seus trabalhos, quanto as certezas algo belicosas de Mathiez, repousam num domínio fantástico das fontes. Suas deficiências são devidas à confiança, talvez algo excessiva, que depositaram nas virtudes do "método científico" positivista.

Defensor da neutralidade do historiador diante dos fatos que estuda **Aulard** afirma porém uma exceção: "Para compreendê-la (a Revolução) é preciso amá-la". Afinal, para ele, o período revolucionário foi o seu principal "leit motiv", a vida toda. No seu entender, a Revolução identificava-se com a "Declaração dos Direitos do Homem", de 1789 e com todas as tentativas posteriores no sentido de torná-la efetiva. Assim, em Aulard a Revolução era uma nova religião, laica e humanitária, finalmente vitoriosa através do triunfo da República laica sobre o "princípio teocrático". Na visão de Aulard sobre a Revolução Francesa, o espírito revolucionário mais autêntico estaria

no "espírito da Federação", nos "exércitos do Ano II", na figura de Danton, o herói pragmático, progressista e patriota, sendo portanto inadmissível, para Aulard, a "suposta corrupção de Danton".

Em Aulard a noção de "povo", tão cara a Michelet, cede lugar a grupos precisos e organizados: nas municipalidades patrióticas, na Guarda Nacional, nos exércitos da Revolução. Foi buscar em Thiers a "teoria das circunstâncias" a fim de exaltar o patriotismo racional e humanitário dos revolucionários franceses, estabelecendo a ligação com o seu próprio presente – a necessidade de recuperar as "províncias perdidas". Em relação a quase todos os historiadores que o precederam, Aulard tem a enorme vantagem de documentar com precisão seus argumentos em favor do papel das "circunstâncias" no desenvolvimento do processo revolucionário, aí incluído o "Terror".

Pouco propenso a valorizar o papel das idéias no curso da Revolução, Aulard, também deixou de fazer a crítica dos níveis de significação ideológica presentes nos textos por ele utilizados, ou seja, não atentou para o fato de que, em muitos casos, suas "fontes" nada mais eram do que expressões de idéias, tomadas de consciência e representações dos agentes revolucionários acerca do significado das respectivas ações, suas razões e visões de mundo. Ora, tendo utilizado principalmente, além de jornais, a correspondência dos "representantes da missão", os papéis da burocracia revolucionária, os anais de assembleias, os registros das reuniões de clubes e municipalidades, em resumo, documentos "oficiais", é fácil concluirmos que suas informações reproduzem ou se identificam, freqüentemente, com "a visão da Revolução a respeito de si mesma".

Segundo Aulard, a coroação de Napoleão I significa o fim da Revolução e a vitória da "traição" e da contra-Revolução, em consequência da ruptura entre os trabalhadores parisienses, famintos, e a burguesia republicana sequiosa de "ordem". Dataria daí a cisão entre os liberais e o "povo" que estaria nas raízes das reflexões que postulam uma absoluta incompatibilidade entre a democracia (sufrágio universal) e a liberdade individual. Assim, uma vez "traído o princípio laico" e consumada a quebra da unidade do "povo", a Revolução estava terminada.(30)

Politicamente, A. Aulard foi um republicano moderado, sempre com restrições variadas aos socialistas, sobretudo em se tratando da Revolução Francesa, uma vez que os aspectos admirados pelos socialistas na Revolução eram para ele de importância secundária que os atribua a expedientes ditados por situações de emergência.

Os socialistas, nesse período que se estende até à primeira Guerra Mundial, ostentavam grandes divergências internas, inclusive quanto à interpretação de alguns elementos básicos da Revolução Francesa. Se ainda era fácil distinguir "esquerda" e "direita" na historiografia revolucionária, pois bastaria indagar sobre a aceitação ou recusa do "89", numerosos indícios apontavam para a dificuldade cada vez maior que iria ter a burguesia em apropriar-se da "sua revolução burguesa", principalmente a partir dos trabalhos de J. Jaurès e A. Mathiez. Esta situação agravar-se-ia ainda muito mais, por força da Revolução Russa de 1917, que haveria de levar de roldão a "teoria da revolução una".(31)

No entanto, por algum tempo ainda, até pelo menos 1914/7, foi possível aos republicanos defenderem o princípio do "bloco revolucionário", apesar dos dissidentes e chamando, quando necessário, Comte e Michelet em seu socorro. As escaramuças então havidas em torno do dantonismo patriótico de Aulard, no qual é admitido Mirabeau mas onde não havia lugar para Robespierre, não chegaram a comprometer o mais importante – a visão republicana globalizadora do grande evento.(32)

A "Belle Époque" foi o período em que chegaram ao auge os esforços republicanos destinados a promover a eliminação da historiografia da imagem radical da Revolução. Através de uma síntese entre a Revolução dos antepassados e a República radical, fundada no anticlericalismo e na solidariedade republicana, tentou-se minimizar a luta de classes e a violência revolucionária a fim de que se produzisse uma história sem grandes conflitos ou divergências e capaz de fundamentar a imagem idealizada da Grande Revolução reverenciada pela burguesia triunfante.(33)

A "História Socialista da Revolução Francesa" foi publicada por Jean Jaurès em 1901 e 1905. Nesse texto ele tenta responder aos dilemas principais que ainda marcavam as atitudes dos intelectuais socialistas perante a história da Revolução de 1789. Contra o papel determinante das idéias, recorrente entre os historiadores burgueses, Jaurès coloca em relevo a importância da ascensão da burguesia ao poder político numa época em que a luta de classes era ainda incipiente. Aliás, foi em virtude dessa verdadeira especificidade que as "classes médias" tiveram condições para instituir a propriedade como fundamento da liberdade, expressando uma convicção que, como afirma Jaurès, era honesta e ajustada às circunstâncias. Bom pacifista, Jaurès lamenta que os revolucionários não tivessem conseguido evitar a guerra, como poderiam ter feito, pois, em função do conflito perdeu-se a grande oportunidade de converter o mundo a partir do belo espetáculo de uma revolução pacífica.

Em não poucos aspectos, inclusive quanto à sua qualidade, a obra de Jaurès pode ser comparada à de Tocqueville. Para Jaurès, em função do seu humanismo de inspiração marxista, a Revolução constituía um ensinamento vivo para a classe operária e foi visando essa pedagogia revolucionária que empreendeu a elaboração da sua "História".

O principal objeto de Jaurès é a história econômica e social da Revolução, o setor menos trabalhado pela historiografia. Interessou-se também pelas repercussões internacionais da ideologia e da expansão revolucionárias. Sintomaticamente, seus "heróis" eram Mirabeau e Babeuf, mas não deixou de reconhecer a importância de Robespierre. Além da sua "História Socialista", Jaurès marcou sua presença decisiva na historiografia revolucionária a partir dos esforços incessantes que realizou em prol do levantamento sistemático das fontes econômicas e sociais da Revolução através da criação de uma Comissão para tal fim em 1903.(34)

*
* * *

Com Albert Mathiez, o lado socialista dos estudos revolucionários passou a poder contar com seu apoio que representa a nova erudição científica da Universidade. É conveniente que, logo de início, fixemos um fato: Mathiez não era marxista

tal como Jaurès também não o era. Sua ênfase, como o demonstra sua tese de doutoramento, é o papel das idéias e de determinados indivíduos no processo histórico. Daí seu choque, poder-se-ia até dizer, seu duplo choque com seu mestre, Aulard, sobre a importância dos movimentos intelectuais e das personalidades revolucionárias.

Em sua tese, sobre as relações entre os cultos revolucionários e o movimento ideológico, Mathiez demonstra-lhes a importância intrínseca, muito diversa portanto do caráter de meros expedientes ligados à defesa nacional que Aulard lhes atribuía. A mesma linha de reflexão leva-o ao resgate de Robespierre e à condenação de Danton. Quanto ao primeiro, ele afirmaria, mais tarde: "nós o amamos, pelos ensinamentos de sua vida e pelo símbolo de sua morte"; quanto ao segundo, nada mais evidente: "era um corrupto". Seu rompimento com Aulard tornou-se inevitável e a luta entre eles duraria 25 anos. Para Mathiez, a Revolução deve ser interpretada em termos de classes e forças econômicas mas nunca deve ser menosprezado o papel das "idéias" (ideologias, mentalidades) que se conectam a essas classes e "forças".

Fiel aos ideais de Jaurès, falta-lhe a mesma serenidade do mestre ao proferir seus próprios julgamentos: acusa a burguesia de ludibriar o povo e ter criado a Guarda Nacional apenas para defender seu patrimônio. No fundo, segundo Mathiez, a Revolução real foi obra de um punhado de idealistas, completamente isolados e incompreendidos até mesmo por aqueles aos quais pretendiam servir, os deserdados sociais, a lutarem como desesperados contra uma humanidade corrupta e visando apenas instaurar o reinado da justiça social. Na sua visão, a guerra havia sido prejudicial à Revolução mas esse julgamento não o conduz a condenação do Terror, pelo contrário, afirma que a Convenção Jacobina fora a verdadeira "forja da futura democracia".

Encarada como um todo, talvez sua visão da Revolução Francesa tenda a ser algo destrutiva com referência ao mito do "Povo" tão caro a Michelet e Aulard. Sob um certo prisma, Mathiez se assemelha a "um Taine de esquerda" ao recuperar o mundo da "jacquerie" e mergulhar no submundo de Paris com sua multidão de espíões, empresários desonestos, jornalistas venais, contratadores do exército e vigaristas políticos. Mas há uma grande diferença: se a direita, ao mergulhar nesse caos social, ia em busca da "conspiração", a esquerda agora, com Mathiez, preocupa-se com as conspirações reais e múltiplas dos egoísmos "que vicejavam como fungos nos recantos sombrios de uma época de desordem"(35)

Apesar dos seus começos acadêmicos, Mathiez dirigiu suas pesquisas mais e mais para os aspectos econômicos e sociais. Havia, é claro, alguns precedentes à sua disposição: Proudhon, Tocqueville, e, principalmente, Levasseur, Loutchisky e o próprio Jaurès. Em 1908, fundou a Sociedade de Estudos Robespieristas. Sua "História da Revolução Francesa", comprova que ele nunca se deteve no exame mais profundo da França camponesa (direitos feudais, estrutura fundiária). Já no final de sua vida, em parte por influência da própria Guerra Mundial, dedicou-se ao estudo dos bastidores econômicos da guerra e do Terror durante a Revolução.

Intelectual engajado nas lutas do seu próprio tempo, Mathiez foi acima de tudo um cidadão de esquerda decepcionado com a República e que de certa maneira transferiu para o passado revolucionário sua indignação. Daí que, sob sua ótica, Danton fosse o símbolo da corrupção e da podridão parlamentar por ele tão execrada, enquanto Robespierre personificava seu próprio ideal de virtude cívica.

2) A historiografia conservadora ou de "direita"

Quase ao mesmo tempo em que se desenrolavam as contendas no interior da historiografia republicana e socialista, e enquanto Aulard e Mathiez divergiam e disputavam a primazia sobre o "feudo" da Revolução, uma historiografia conservadora produzia interpretações da Revolução nitidamente hostis ao evento e opostas às conclusões da historiografia de "esquerda".

A Ação Francesa, sob a liderança de Ch. Maurras, invoca a questão da ordem para atacar Michelet e à "nova Sorbonne" (1905) denunciando a existência de uma "doutrina oficial da Universidade". De fato, impedidos de competir com os profissionais da Universidade republicana os conservadores buscam consolo e prestígio através da proteção da Academia Francesa. A tônica entre tais historiadores é a afirmação positiva do Antigo Regime e a denúncia de "89" como a negação dos valores nacionais. É a tese do chamado "erro de 1789" a qual condena o parlamentarismo e prega o nacionalismo integral, apropriando-se de Taine mas sem o "espírito clássico".

Em 1911, L. Madelin foi premiado por sua "História da Revolução Francesa" com o Grand Prix Gobert. Madelin foi um conservador esclarecido, preocupado com a vertente patriótica da Revolução e que se utilizou dos trabalhos de A. Sorel. Também P. Gaxotte e J. Bainville vieram a ser acolhidos pela Academia, tendo o primeiro publicado uma História da Revolução, em 1928, e o segundo um estudo histórico-biográfico sobre Napoleão, em 1931. Nessa época, após 1918, havia uma forte demanda do público por esse tipo de história vulgarizada e coube principalmente a historiadores de "direita" atendê-la através de manuais brilhantemente escritos. Embora eles acentuem em suas interpretações o lado patriótico da Revolução, tais historiadores não deixam de criticar "erros", "traições" e "fatalidades" prejudiciais à França.

Talvez seja interessante notar aqui a existência de uma referência comum e algo inquietante entre os historiadores conservadores da Revolução: a visão de Tocqueville sobre o Antigo Regime. Esta é a chave que permite reabilitar a velha sociedade e fundamentar as propostas de um Estado organizado em grupos funcionais e regiões orgânicas (La Tour du Pin, Le Play, Durkheim, Duguit, Mistral). Esses verdadeiros "escritores antiquários" exaltam a rica diversidade social do Antigo Regime e, retomando a idéia da "revolução da prosperidade", enunciada por Tocqueville e retomada por Jaurès e Mathiez, tentam estender suas evidências à vida rural como um todo, afirmando, inclusive, que o camponês não era um miserável, como queria a esquerda, mas, sim, um tipo esperto que sabia esconder muito bem sua riqueza para escapar aos cobradores de impostos. Seguindo outra ordem de argumentação, também muito comum nessa vertente historiográfica, tais autores tecem elogios à Bastilha e às "lettres de cachet" considerando-as até benignas e humanas se comparadas às realidades policiais e penitenciárias contemporâneas.

Somos levados então, naturalmente, a perguntar: como emergiu uma Revolução assim violenta de um clima tão harmonioso e benigno? A resposta é muito simples: a Revolução resultou da fermentação de ideologias maléficas e inquietas no seio de uma minoria de conspiradores profissionais. Não é esse, afinal, o padrão típico, na atualidade (primeiras décadas do nosso século), da prática bolchevista? Aliás, já em 1904, E. Faguet havia afirmado que os "Cahiers" de 1789 constituíam a prova evidente de que os tão decantados "princípios de 1789" jamais haviam existido como tais no seio da população francesa.

tal como Jaurès também não o era. Sua ênfase, como o demonstra sua tese de doutoramento, é o papel das idéias e de determinados indivíduos no processo histórico. Daí seu choque, poder-se-ia até dizer, seu duplo choque com seu mestre, Aulard, sobre a importância dos movimentos intelectuais e das personalidades revolucionárias.

Em sua tese, sobre as relações entre os cultos revolucionários e o movimento ideológico, Mathiez demonstra-lhes a importância intrínseca, muito diversa portanto do caráter de meros expedientes ligados à defesa nacional que Aulard lhes atribua. A mesma linha de reflexão leva-o ao resgate de Robespierre e à condenação de Danton. Quanto ao primeiro, ele afirmaria, mais tarde: "nós o amamos, pelos ensinamentos de sua vida e pelo símbolo de sua morte"; quanto ao segundo, nada mais evidente: "era um corrupto". Seu rompimento com Aulard tornou-se inevitável e a luta entre eles duraria 25 anos. Para Mathiez, a Revolução deve ser interpretada em termos de classes e forças econômicas mas nunca deve ser menosprezado o papel das "idéias" (ideologias, mentalidades) que se conectam a essas classes e "forças".

Fiel aos ideais de Jaurès, falta-lhe a mesma serenidade do mestre ao proferir seus próprios julgamentos: acusa a burguesia de ludibriar o povo e ter criado a Guarda Nacional apenas para defender seu patrimônio. No fundo, segundo Mathiez, a Revolução real foi obra de um punhado de idealistas, completamente isolados e incompreendidos até mesmo por aqueles aos quais pretendiam servir, os deserdados sociais, a lutarem como desesperados contra uma humanidade corrupta e visando apenas instaurar o reinado da justiça social. Na sua visão, a guerra havia sido prejudicial à Revolução mas esse julgamento não o conduz a condenação do Terror, pelo contrário, afirma que a Convenção Jacobina fora a verdadeira "forja da futura democracia".

Encarada como um todo, talvez sua visão da Revolução Francesa tenda a ser algo destrutiva com referência ao mito do "Povo" tão caro a Michelet e Aulard. Sob um certo prisma, Mathiez se assemelha a "um Taine de esquerda" ao recuperar o mundo da "jacquerie" e mergulhar no submundo de Paris com sua multidão de espíões, empresários desonestos, jornalistas venais, contratadores do exército e vigaristas políticos. Mas há uma grande diferença: se a direita, ao mergulhar nesse caos social, ia em busca da "conspiração", a esquerda agora, com Mathiez, preocupa-se com as conspirações reais e múltiplas dos egoísmos "que vicejavam como fungos nos recantos sombrios de uma época de desordem"(35)

Apesar dos seus começos acadêmicos, Mathiez dirigiu suas pesquisas mais e mais para os aspectos econômicos e sociais. Havia, é claro, alguns precedentes à sua disposição: Proudhon, Tocqueville, e, principalmente, Levasseur, Loutchisky e o próprio Jaurès. Em 1908, fundou a Sociedade de Estudos Robespieristas. Sua "História da Revolução Francesa", comprova que ele nunca se deteve no exame mais profundo da França camponesa (direitos feudais, estrutura fundiária). Já no final de sua vida, em parte por influência da própria Guerra Mundial, dedicou-se ao estudo dos bastidores econômicos da guerra e do Terror durante a Revolução.

Intelectual engajado nas lutas do seu próprio tempo, Mathiez foi acima de tudo um cidadão de esquerda decepcionado com a República e que de certa maneira transferiu para o passado revolucionário sua indignação. Daí que, sob sua ótica, Danton fosse o símbolo da corrupção e da podridão parlamentar por ele tão execrada, enquanto Robespierre personificava seu próprio ideal de virtude cívica.

2) A historiografia conservadora ou de "direita"

Quase ao mesmo tempo em que se desenrolavam as contendas no interior da historiografia republicana e socialista, e enquanto Aulard e Mathiez divergiam e disputavam a primazia sobre o "feudo" da Revolução, uma historiografia conservadora produzia interpretações da Revolução nitidamente hostis ao evento e opostas às conclusões da historiografia de "esquerda".

A Ação Francesa, sob a liderança de Ch. Maurras, invoca a questão da ordem para atacar Michelet e à "nova Sorbonne" (1905) denunciando a existência de uma "doutrina oficial da Universidade". De fato, impedidos de competir com os profissionais da Universidade republicana os conservadores buscam consolo e prestígio através da proteção da Academia Francesa. A tônica entre tais historiadores é a afirmação positiva do Antigo Regime e a denúncia de "89" como a negação dos valores nacionais. É a tese do chamado "erro de 1789" a qual condena o parlamentarismo e prega o nacionalismo integral, apropriando-se de Taine mas sem o "espírito clássico".

Em 1911, L. Madelin foi premiado por sua "História da Revolução Francesa" com o Grand Prix Gobert. Madelin foi um conservador esclarecido, preocupado com a vertente patriótica da Revolução e que se utilizou dos trabalhos de A. Sorel. Também P. Gaxotte e J. Bainville vieram a ser acolhidos pela Academia, tendo o primeiro publicado uma História da Revolução, em 1928, e o segundo um estudo histórico-biográfico sobre Napoleão, em 1931. Nessa época, após 1918, havia uma forte demanda do público por esse tipo de história vulgarizada e coube principalmente a historiadores de "direita" atendê-la através de manuais brilhantemente escritos. Embora eles acentuem em suas interpretações o lado patriótico da Revolução, tais historiadores não deixam de criticar "erros", "traições" e "fatalidades" prejudiciais à França.

Talvez seja interessante notar aqui a existência de uma referência comum e algo inquietante entre os historiadores conservadores da Revolução: a visão de Tocqueville sobre o Antigo Regime. Esta é a chave que permite reabilitar a velha sociedade e fundamentar as propostas de um Estado organizado em grupos funcionais e regiões orgânicas (La Tour du Pin, Le Play, Durkheim, Duguit, Mistral). Esses verdadeiros "escritores antiquários" exaltam a rica diversidade social do Antigo Regime e, retomando a idéia da "revolução da prosperidade", enunciada por Tocqueville e retomada por Jaurès e Mathiez, tentam estender suas evidências à vida rural como um todo, afirmando, inclusive, que o camponês não era um miserável, como queria a esquerda, mas, sim, um tipo esperto que sabia esconder muito bem sua riqueza para escapar aos cobradores de impostos. Seguindo outra ordem de argumentação, também muito comum nessa vertente historiográfica, tais autores tecem elogios à Bastilha e às "lettres de cachet" considerando-as até benignas e humanas se comparadas às realidades policiais e penitenciárias contemporâneas.

Somos levados então, naturalmente, a perguntar: como emergiu uma Revolução assim violenta de um clima tão harmonioso e benigno? A resposta é muito simples: a Revolução resultou da fermentação de ideologias malélicas e inquietas no seio de uma minoria de conspiradores profissionais. Não é esse, afinal, o padrão típico, na atualidade (primeiras décadas do nosso século), da prática bolchevista? Aliás, já em 1904, E. Faguet havia afirmado que os "Cahiers" de 1789 constituíam a prova evidente de que os tão decantados "princípios de 1789" jamais haviam existido como tais no seio da população francesa.

Assim, aos poucos, a historiografia direitista ia desenvolvendo sua própria visão de 1789. Para ela, a idéia da intervenção revolucionária de um "povo" unido e espontâneo era apenas um mito insustentável historicamente. A Revolução fora obra de minorias sim, mas a velha tese conspiratória devia ser retocada, pois, no fundo, a culpa de "tudo" coube às intrigas políticas dos orleanistas e estrangeiras e da multidão de carreiristas levados apenas pelo seu egoísmo. A Revolução fora o resultado de todo um conjunto de interesses os mais diversos a partir das inúmeras manobras de grupos e pessoas, uma disputa política enfim, funcionando as idéias como simples pretextos.

Auguste Cochin

Entre 1905 e 1907, A. Aulard publicou vários textos críticos em relação a obra de H. Taine, provavelmente porque a apropriação deste pelos historiadores de direita causava-lhe uma profunda irritação. Mas surpresa veio em 1909, com a crítica à crítica de Aulard feita por um jovem historiador, A. Cochin, que publicou "A crise da história revolucionária, Taine e o Sr. Aulard". Formado pela École des Chartes, um erudito que conhecia profundamente os arquivos, A. Cochin foi de fato quem cunhou as expressões que resumem as duas principais posições sobre as origens da Revolução (utilizadas por nós desde o início do presente trabalho): a "tese das circunstâncias" e a "tese da conspiração". Utilizando-se dos trabalhos de Ostrogorsky e Durkheim sobre grupos de pressão, ele dedicou-se a analisar processos eleitorais — daí um trabalho magistral sobre as eleições para os Estados Gerais na Borgonha (1904) — e os clubes revolucionários, notadamente os clubes dos jacobinos — de onde se originou sua obra mais famosa, embora póstuma, publicada em 1925 — "Les sociétés de pensée et la Révolution en Bretagne".

Para A. Cochin, a Revolução não pode ser explicada por nenhuma daquelas duas "teses" mas, sim como protótipo do poder coletivista, da tirania impessoal das "sociedades de pensamento" que manipularam e enganaram o verdadeiro povo. Na sua visão, para que o historiador possa referir-se a algo assim como uma "conspiração" seria necessário tomá-la num sentido sociológico amplo e não à maneira do Abade Barruel. Segundo MacManners, Cochin inverteu a posição de Taine pois em lugar do medo diante da multidão, foi ao seu encontro —, ao mesmo tempo em que ia buscar em Tocqueville suas idéias sobre o perigo sempre iminente da tirania que ronda perpetuamente os movimentos democráticos. É aí que entra Ostrogorsky — o trabalho das máquinas políticas por detrás da fachada eleitoral. Assim, segundo Cochin, nas lojas maçônicas, nas sociedades literárias, em milhares de grupos e associações locais, é possível detectar-se a propagação da doutrina revolucionária e certos rudimentos de organização que arrebanharam a maioria dos eleitores dos Estados Gerais. O importante, segundo ele, é o historiador localizar o ponto ou o momento a partir do qual as idéias atuam efetivamente sobre as classes sociais e sobre os acontecimentos. Foi assim que se obteve a "aparente" unanimidade de 1789, no interior de uma sociedade tão dividida como a francesa às vésperas da Revolução.

Morto em combate durante a Primeira Guerra Mundial, A. Cochin tornou-se um historiador pouco lido, apesar de citado, talvez porque sua interpretação da Revolução, particularmente das origens da ditadura jacobina, tenha desagradado à "esquerda" que rapidamente o arrolou entre os adeptos da velha "teoria da conspiração", aquela mesma que ele tanto criticou. Apenas em anos recentes, F. Furet dedicou-lhe

um longo estudo no qual põe em relevo a originalidade interpretativa e a visão renovadora do historiador. No entanto, bem o sabemos, tal "resgate" não contribuiu para melhorar a imagem de A. Cochin junto à historiografia de esquerda... (36)

3) Após 1914, duas experiências históricas fundamentais vieram introduzir-se no debate historiográfico sobre a Revolução Francesa: a guerra, com suas variadas repercussões, e os efeitos da Revolução Russa. A primeira trouxe de volta o patriotismo da Revolução — Aulard e Mathiez exaltam o "patriotismo da liberdade" contra o nacionalismo germânico e Mathiez, levado pela observação das contingências impostas pelo conflito, começa suas pesquisas sobre "A carestia e o movimento social sob o Terror", no qual se detém sobre a política do governo revolucionário às voltas com os problemas do abastecimento.

A Revolução Russa leva de imediato a diferentes indagações sobre as relações entre ela e a Revolução de 89. A filiação aparece como algo "evidente" para esquerdistas e direitistas, apesar de acompanhada de avaliações "evidentemente" antagônicas. Enquanto os bolchevistas se orgulham de afirmar e reverenciar a continuidade revolucionária que os une a "89", não poucos historiadores franceses estabelecem analogias e similitudes entre as duas revoluções numa espécie de anacronismo político. Mathiez afirma essa identidade fundamental e na sua "História" ele parte para a rejeição das interpretações republicanas a fim de destacar os aspectos que aproximam a Revolução Francesa da Revolução Bolchevista — o papel das minorias ativas e das suas estratégias. Em posição exatamente oposta, Pierre Gaxotte empenha-se em inverter cada uma das teses de Mathiez através de uma verdadeira contra-leitura das duas revoluções. Por último, Aulard, sem compartilhar obviamente das posições direitistas de Gaxotte, nega qualquer parentesco entre as duas revoluções escudado na tese de que a idéia da violência era totalmente estranha ao espírito legalista e jurídico da Revolução de 1789.

4) O início de uma nova fase historiográfica — a década de 1930

Fatores e circunstâncias muito diversos contribuíram decisivamente para a transformação da historiografia da Revolução a partir do final dos anos 20. Uns de ordem pessoal — o falecimento de A. Aulard, em 1928, o assassinato de A. Mathiez em 1932, e as características de natureza pessoal e profissional dos que a partir de então assumem a liderança do ensino e da pesquisa da História da Revolução: G. Lefebvre, Ph. Sagnac e E. Labrousse. Por outro lado, desde janeiro de 1929, surgem os "Annales d'histoire économique et sociale", sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre, como principal carro-chefe da luta que seus diretores e associados empreendem contra a chamada "escola metódica".

Do lado das pessoas, apesar de todos os novos líderes terem sido discípulos de Aulard e admirarem Mathiez, tanto Lefebvre quanto Sagnac, apesar de suas diferenças político-ideológicas, não eram temperamentos inclinados às querelas pessoais. Na visão de MacManners, Lefebvre "trouxe cortesia à controvérsia e nuances de argumento às sínteses". Ph. Sagnac sucedeu ao mestre na Sorbonne (1924) e, mais tarde, na presidência da "Sociedade" e na direção da revista "A Revolução Francesa". Sua orientação continuou a ser mais voltada para a história política da Revolução, o papel das grandes idéias iluministas e um dantonismo discreto. Importante, de fato, foi a orientação interdisciplinar, inclusive em nível internacional, que procurou imprimir aos estudos sobre a Revolução.

A influência crescente dos "Annales", hostil à história política e à história das idéias de tipo tradicional, privilegiando a história econômica e social voltada para as estruturas, a "materialidade do social", visando uma história total construída em função do que se denominava de "história-problema", contou desde o início com a adesão de G. Lefebvre. No caso da Revolução Francesa isso significou retomar a tradição de J. Jaurès como o grande exemplo a ser seguido. Tal fato, aliado à presença de alguns pontos aparentemente comuns entre a proposta dos "Annales" e o marxismo, levaria muitos a identificar como marxistas diversos historiadores analistas, a começar por Georges Lefebvre.

Georges Lefebvre (1874-1959)

Toda sua obra foi consagrada à História da Revolução Francesa. A exemplo de vários outros contemporâneos, também discípulos de Aulard e por este levados ao estudo da Revolução, Lefebvre também afirmaria, no entanto: "Foi verdadeiramente Jaurès o nosso mestre". Um pioneiro, criador de novos métodos, G. Lefebvre trabalhou sempre intensamente e com frequência sozinho mas foi capaz de ampliar os conhecimentos existentes e propor soluções novas e originais para várias questões da historiografia revolucionária. Um grande erudito, sempre a vasculhar os arquivos mas também atento ao trabalho de seus predecessores e contemporâneos, um historiador que se notabilizou tanto pelos seus estudos monográficos rigorosos quanto pelas sínteses brilhantes. Um grande professor, arrematador, apaixonado pelo seu assunto e interessado por seus alunos. Um caso raro também, na França, pois foi um historiador preocupado com a historiografia e com a filosofia da História.

A obra de G. Lefebvre revela também, segundo Reinhard, uma impressionante unidade. Desde 1904 ele se propõe o estudo de "Os Camponeses do Norte durante a Revolução Francesa", sua tese de doutorado, concluída em 1924 situando as estruturas sócio-econômicas do norte francês, ele aí inclui os dados conjunturais, econômicos e políticos, os dados psicológicos coletivos e revela a importância das diferentes atitudes camponesas em face da Revolução, suas etapas e problemas. Daí derivaria o seu permanente interesse pela "Revolução Camponesa" e a convicção do caráter essencialmente social da Revolução e seu comprometimento político justamente pelo fato de ter ficado, enquanto realização, a meio caminho na sociedade rural. Ao chamar o campesinato para o campo da historiografia revolucionária, Lefebvre não o fez com alarde nem de maneira dogmática. "Revolução Camponesa" é somente um rótulo que não dá conta das diferenças existentes entre os camponeses e também entre eles e as outras classes, nem tampouco das imensas diversidades que existiam tanto a nível das situações concretas quanto dos desejos e mentalidades de uma região para outra. Seu método também era novo, ele usa a estatística e sublinha a importância da demografia.

Convidado por M. Bloch e L. Febvre, ele foi para Strasburgo onde se tornou um dos primeiros colaboradores dos "Annales". Em 1929, com R. Guyot e Ph. Sagnac publicou uma síntese sobre "A Revolução Francesa", reeditada em 1938 e reescrita, somente por ele, para a edição de 1951.

Em 1932 publica "O Grande Medo de 1789", obra precursora no campo da futura história das mentalidades coletivas, e as "Questões agrárias na Época do Terror", revista e ampliada na segunda edição em 1954. Artigos, comunicações, di-

versas obras de síntese, marcam os anos 30 para Lefebvre. Em 1939 ele publica uma pequena obra prima, apreendida e destruída pelo governo de Vichy mas que é editada nos Estados Unidos: "The Coming of the French Revolution" (1947).

Desde 1937 G. Lefebvre sucedeu a Ph. Sagnac na cátedra de História da Revolução Francesa, mas foi aposentado em 1941. Continuou porém a trabalhar e a produzir intensamente, além de presidir a "Sociedade de Estudos Robespieristas" e os "Anais históricos da Revolução Francesa" desde 1932. Durante a década de 1950, Lefebvre organizou a publicação dos "Discursos de Maximiliano Robespierre" e a "Coletânea de documentos relativos às sessões dos Estados Gerais de 1789", dedicando-se, nos seus últimos anos, aos seus "Estudos sobre a história econômica e social de Orléans e do Departamento do Loiret duante a Revolução Francesa".

No centro da problemática de G. Lefebvre estão as classes sociais – rurais e urbanas. É a partir das classes que se definem as estruturas sociais cujo substrato são as estruturas econômicas – em particular "a repartição dos capitais produtivos". Ao lado da classificação econômica impõe-se, segundo ele, uma classificação jurídica e social. Interessaram-lhe principalmente, a par da burguesia, as "classes populares", inclusive seu "conteúdo mental". Seu maior desejo era possuir um método capaz de permitir o acesso aos segredos da biologia, do caráter e do temperamento do homem. As coletividades e os indivíduos lhe apareciam como igualmente importantes, sempre iluminados pelo "social". Para Lefebvre "Não há história sem erudição", "não basta descrever, é preciso também contar". Mas cabe ao historiador não perder de vista sua própria identidade, não confundir os métodos com a natureza do "métier d'historien" isto é, renunciar à narração quer se trate de um simples momento quer de um amplo movimento social. O indivíduo e o individual devem ser tratados com atenção e carinho mas necessitam de uma constante referência às suas determinações sociais e à psicologia coletiva que, afinal, lhes confere seu verdadeiro sentido histórico. Assim, para Lefebvre, é necessário enfocar sempre as classes sociais, a economia e a mentalidade social.

Materialista e portanto "marxista", do ponto de vista da "direita", muito idealista para o gosto da "esquerda", empirista e subjetivista, segundo muitos, Lefebvre se dizia "racionalista" e sempre atento à complexidade da realidade social.(37)

Ernest Labrousse (1895-1988)

Trouxe a precisão estatística para a história econômica da Revolução com o que se tornou possível articular concretamente a "revolução da fome", cara a Michelet, com a "revolução da prosperidade", de Tocqueville. Foi Labrousse quem realizou todas as conseqüências das propostas de François Simiand para as pesquisas em história econômica. Sua trajetória intelectual foi muito variada: em 1913 ele é um estudante de história que prepara, sob a orientação de Aulard, um DES sobre a história revolucionária; todavia, seu interesse pela economia política leva-o à faculdade de direito, em 1919, onde se licencia e prepara sua tese de doutorado. Porém, em 1926, nova mudança: retorna à história e elabora sua tese – "Esboço do movimento de preços e rendimentos em França no século XVIII" (1932). Sob a influência de F. Simiand e Albert Aftalion, do qual se tornou assistente, realiza as pesquisas que culminam na obra que iria consagrá-lo perante os historiadores – "A crise da economia francesa no fim do Antigo Regime" (1943). A partir de 1945 será professor na Sorbonne.

A metodologia de Labrousse é analítica, quantitativa. Embora rejeitasse uma filiação marxista, sua visão de história tenta integrar as estruturas às questões sociais, à luta de classes, sem desprezar a história dos acontecimentos propriamente ditos. Talvez por esse motivo e apesar de ter sido grande entusiasta dos "Annales" desde o começo, Labrousse só iria escrever na revista a partir de 1945. Amigo de Lefebvre e Bloch, o fato de colocar a política como horizonte da sua abordagem econômica e privilegiar os estudos dos antagonismos de classes, além de não romper com a história "evenementielle", fazia com que não parecesse distanciado o suficiente da história tradicional aos olhos dos seus amigos. Para uma revista que pretendia ser contra e apolítica, era inquietante uma afirmação como esta de Labrousse: "Minha história visa principalmente o sócio-econômico e o sócio-político".

Um fervoroso e ativo socialista, desde sua juventude, Labrousse, apesar de muito próximo da historiografia marxista, em função da sua valorização dos conflitos sociais, a ela não aderiu, resultando daí uma certa marginalização, muito embora, aos poucos, os "Annales" viessem a empenhar-se em incluí-lo como um dos seus "fundadores".

Para a historiografia da Revolução seu grande mérito foi de haver articulado numa história serial os movimentos conjunturais breves e longos, trabalhando com a produção agrícola, os preços, os rendimentos e a demografia. Sua posição de liderança na "École Pratique" permitiu-lhe preparar toda uma geração de pesquisadores familiarizados com as novas técnicas e abordagens - história serial e demográfica - centradas, em geral, no quadro regional, levando aos estudos sobre estruturas sócio-profissionais (a partir da famosa comunicação que apresentou em Roma, no Congresso Internacional de Ciências Históricas, em 1955), aí se destacando, entre muitos outros, Adéline Daumard e François Furet.(38)

CONCLUSÕES DESTA PARTE

Um balanço da historiografia da Revolução Francesa ao redor de 1945 deverá contabilizar necessariamente aspectos positivos e negativos. Positiva era, por exemplo, a concepção de G. Lefebvre, exposta na sua síntese de 1939, concernente à necessidade de levar-se em conta a existência não de uma mas de várias revoluções no contexto da tradicional visão em bloco da Revolução de 1789. Apesar de eventuais críticas endereçadas ao livro de Lefebvre, sobretudo por historiadores norte-americanos, a essência da sua proposta ficou de pé e desempenhou um papel importante e fecundo nas pesquisas pgs-45.

Ao mesmo tempo, desde os começos dos anos 30, Lefebvre, Caron G. Zeller, C. Bloch, D. Mornet, entre outros, contribuíram para excluir do debate mais sério as questões como a corrupção de Danton (evidente) ou o caráter "socialista" do robespierrismo, bem como a premeditação dos "massacres de setembro" e a "teoria" da política revolucionária das chamadas "fronteiras naturais".

Em termos negativos, poder-se-ia citar a recaída patriótica e populista favorecida pela Frente Popular (39), ressuscitando velhos fantasmas e polarizando de novo as posições político-ideológicas por ocasião do sesquicentenário, como já foi visto. Assim, em 1936, Tardieu resgatava Taine, no seu "La Révolution à refaire", ao afirmar que "A Revolução inteira foi uma mentira aos princípios, assim como tudo que se lhe seguiu". De outro lado do Reno, E. Cassirer, na "Filosofia da Ilustração", ao descrever e analisar a imensa complexidade e riqueza do "Iluminismo", como obra coletiva de toda a intelectualidade européia, compromete a concepção de uma hegemonia francesa e leva a que se questione se seria ainda válido associar a "liberdade" exclusivamente à história francesa. Já estavam presentes então, de maneira incipiente, algumas das tendências do pós-guerra.

Historiograficamente, a Revolução Francesa se apresenta agora muito mais matizada. Admitem muitos, mesmo de "esquerda", que camponeses e operários não tinham ainda propriamente uma consciência de classe. Se a burguesia fez a Revolução, ela na verdade acompanhou o movimento iniciado pela "revolta aristocrática" e realizou vários tipos de alianças com outros segmentos sociais, inclusive com os "sans-culottes". Tal burguesia, vitoriosa, não é a mesma que havia iniciado a luta. Enfim, a "teoria das circunstâncias" permanece central, apesar de mais refinada e nuanceada: o terror foi uma luta de classes mas também um choque de ódios pessoais, uma espécie de substituto para a violência desorganizada e possivelmente, também um epifenômeno da descristianização e solução para uma economia de guerra, ou, provavelmente, um expediente de defesa nacional associado aos receios de um complô aristocrático.

B - A Internacionalização da Polêmica Historiográfica

1 - Talvez a palavra "internacionalização" não seja a mais adequada, pois, num certo sentido, a história da Revolução Francesa, desde seus começos, sempre foi objeto de ensaios e estudos realizados por autores de outros países, bastando recordar, a título de exemplos: Burke, Carlyle, Macaulay, Sybel, Lutchisky, Acton, Salvemini. Especialmente durante o período d'entre-guerras a Revolução passou a ser um tema constantemente trabalhado pelos historiadores norte-americanos e soviéticos, além dos italianos, japoneses e outros.

Entre os historiadores soviéticos destaca-se E. Tarlé, autor de uma obra sobre "Germinal e Prairial" (1937), os últimos grandes levantes populares da Convenção, além de uma biografia de Napoleão. Mas a tendência soviética oficial caminha no sentido de identificar como burguesa a Revolução, em todos seus aspectos, contrapondo-se às interpretações de Mathiez e mesmo dos anarquistas. Apenas alguns "precursores", como o Padre Meslier, Marat e Babeuf, são reconhecidos. Fora da URSS, os dissidentes, tanto Rocker, como Deutscher, identificam em "1794" o mesmo processo que condenam a União Soviética - o stalinismo seria um novo termodorianismo.

Para os italianos, especialmente Gramsci, e os japoneses, tendo em vista a "Revolução Meiji" a questão se situa em termos de discutir as "revoluções inacabadas" ou, inversamente, as "revoluções pelo alto".

Nos Estados Unidos destacam-se os estudos de Sorokin, Gottschalk e sobretudo Crane Brinton – “Os Jacobinos” (1930) – em que analisa as camadas sociais de origem dos membros dos Clubes Jacobinos, e Greer, pesquisando a incidência cronológica e social do Terror e da Emigração (1935).

Assim, se nos referimos a “internacionalização” é pensando no progressivo acirramento do debate historiográfico a partir de críticas e análises produzidas fora da França mas que colocam em dúvida algumas das principais conclusões ali assentadas pela “historiografia oficial” da Revolução.

2 – **A partir de 1945**, a historiografia da Revolução continuou ainda a ser caracterizada pela influência da liderança indiscutível de G. Lefebvre, cuja orientação foi continuada, após sua morte, por Marcel Reinhard, na Sorbonne. Ao mesmo tempo, afirma-se a presença das orientações de E. Labrousse e começa a se destacar o prestígio de Albert Soboul.

No entanto, ainda havia fogo sob as cinzas. As querelas continuavam a grassar, tradicionais algumas, mais novas outras. Desenvolve-se com grande vigor a historiografia marxista da Revolução, mas se continua ainda a tomar posição, contra ou a favor, em relação a essa mesma Revolução.

Na verdade, talvez a origem mais profunda dos debates que vieram a ocorrer nas décadas posteriores a 1945, esteja relacionada com os desafios lançados aos historiadores por Raymond Aron, em 1938, em sua tese “Introdução à Filosofia da História”. Com efeito, Aron convidou os historiadores a deixarem de lado o “fatalismo”, implícito no positivismo (onde está incluído o próprio marxismo, segundo ele) e cogitar aquilo que ele chama de “possibilidade retrospectiva”. Ora, para tanto seria necessário abandonar-se a idéia de uma revolução singular e homogênea que havia hipnotizado seus contemporâneos (dela, Revolução) e do procedimento historiográfico tradicional de, a partir daí, ir apenas acrescentando, partidariamente, pontos “a favor” ou “contra” nessa totalidade. Além do mais, segundo Aron, dever-se-ia deixar também de lado a concepção de uma espécie de “padrão principal” de eventos “respeitáveis” sobre os quais as ditas “circunstâncias” teriam caído como demônios. Houve muitas revoluções dentro da Revolução, cada uma com suas próprias “causas”, assim como também há outras “causas” que explicam porque todas essas revoluções foram interrelacionadas. Cada uma dessas revoluções constitui um processo ao mesmo tempo em si, é uma cadeia causal que se dirige aos demais e com elas entra em choque. São estes choques, imprevisíveis, que constituem o verdadeiro estofado da tragédia pois cada um deles oculta toda uma série de possibilidades, a tragédia daquilo que poderia ter sido.(40)

3 – Os debates de tipo mais ou menos tradicional

A historiografia revolucionária, de 1945 aos nossos dias, continuou a estar marcada pelas controvérsias interpretativas, tanto no âmbito dos historiadores franceses quanto em nível internacional. A grande novidade foi a escala mundial atingida pelo debate, em função da participação crescente de especialistas ingleses, norte-americanos, italianos, soviéticos e japoneses. Simultaneamente, tais participações levam fre-

quentemente o selo da origem, refletindo as preocupações dos seus autores com as relações entre a Revolução e as respectivas histórias nacionais, tanto no passado quanto no presente. A final, “Revolução” parece ser a palavra chave do séc. XX.

Na opinião de Alice Gérard, seriam quatro as grandes tendências a partir de 1945:

1 – **A tradição contra-revolucionária**, “de direita”, de condenação global e radical à Revolução. Seu expoente, na França, é **Pierre Gaxotte** (1895-1982), escritor popular que foi recebido pela Academia Francesa em 1953. Membro da “Action Française”, no período d'entre-guerras, publicou várias biografias, especialmente a de Luís XVI. Um outro autor de tendências idênticas é **Bernard Fay** – “La Grande Revolution” (1715-1815), Paris, Le livre contemporain, (1959). Contestando o valor dos documentos oficiais, busca as causas da Revolução nas ações clandestinas de certos indivíduos ou das sociedades secretas, concentrando suas baterias sobre o Duque D'Orleans, a nobreza dissoluta e o clero venal (41). Trata-se apenas de um exemplo, pois, na realidade a lista não é exatamente pequena.

2 – **A corrente marxista-leninista**, “de esquerda”. Herdeira, intelectual e sentimentalmente de Jaurès e Mathiez, esta é talvez a mais numerosa e influente nos meios acadêmicos franceses. Não se pense porém que se trata realmente de uma concepção marxista em termos rigorosos e homogêneos, pois, afinal seus principais expoentes pertenceram, ou pertencem, antes de tudo, aos “Annales”. Há nesse conjunto muitas nuances e diferenças, a ponto de alguns estudiosos tentarem estabelecer subdivisões, coisa que não vem ao caso neste trabalho. O essencial é que bem ou mal esses historiadores partilham uma definição econômico-social da Revolução centrada na luta de classes – burguesia “versus” nobreza – como expressão da passagem do feudalismo ao capitalismo; portanto, tomando-se como critério fundamental o sentido histórico dos acontecimentos de 89 em diante, a Revolução foi “burguesa”, anti-feudal, abrindo caminho para a França capitalista do oitocentos.

A partir desse patamar, porém, quantas diferenças! Como situarmos, por exemplo, **Georges Lefebvre**? um historiador marxista? Talvez possamos fazê-lo, com uma segurança maior, em relação a **A. Soboul**, com sua tese monumental sobre “Les sans-culottes parisiens en l'an II” (Paris, Clavreuil, 1958), o seu “Précis d'histoire de la Révolution française” (Paris, Editions Sociales, 1962), resumido em “La Révolution française” (Paris, PUF, 1965), e, sobretudo, através de seus inúmeros artigos, comunicações, crítica de publicações de fontes, ensaios, conferências, etc.(42)

Com mais nitidez, em termos marxistas, se situam as análises de **M. Bouloiseau** e **Claude Mazauric**. O fundamental, porém, é que as nuances não comprometem o fundamental: o caráter burguês e democrático, já afirmado por Jaurès, reiterado por G. Lefebvre – “a Revolução é um bloco”. Isto significa que a Revolução foi a luta da burguesia contra os privilégios aristocráticos, realizando alianças com grupos camponeses e urbanos, sob a pressão da crise e da conspiração. Se Lefebvre trouxe à luz um conhecimento preciso sobre o campesinato, Soboul fez o mesmo em relação aos “sans-culottes”. Por mais complexas que possam ter sido tais alianças, por maiores que fossem suas variáveis, o fato central permanece. Tampouco se admite “ruptura” ou “derrapagem” – dadas as circunstâncias revolucionárias, o período da Convenção foi a

única saída para assegurar os interesses burgueses; a radicalização ditatorial, simbolizada pelo "Terror", não é uma "outra Revolução" nem se contrapõe à Revolução. Claro está, tais afirmações não significam a negação de outras "revoluções" (a camponesa, a dos "sans-culottes", dentro da Revolução, apesar de que esses temas se constituem em outros tantos problemas ainda hoje. Em A. Soboul, por exemplo, é perceptível a existência de uma divisão, bem mais profunda do que o admitira Lefebvre, entre os "sans-culottes" e a burguesia jacobina, mas sem chegar aos extremos de D. Guérin e numa interpretação histórica exatamente oposta à deste último.

Na mesma linha de A. Soboul, destacam-se estudos de historiadores ingleses, como G. Rudé - (1910 -) - "The Crowd in the French Revolution" (Oxford, Clarendon Press, 1958), Richard Cobb (1917 -) - "Terreur et subsistances" (Paris, Clavreuil, 1965) e "Les armées révolutionnaires, instruments de la Terreur dans les départements" (Paris, Mouton, 1961/3, 2 vols), e do norueguês Kare Tonnesson - "La défaite des sans-culottes" (Oslo e Paris, Clavreuil, 1959).(43)

Numa perspectiva global, podemos lembrar, ao lado do texto clássico de G. Lefebvre, já citado, o livro de E. Hobsbawm (1917 -) "The Age of Revolution" (Londres, Weidenfeld, 1962) e o de G. Rudé - "Revolutionary Europe" (N. York, Harper, 1964).

3 - A interpretação marxista e libertária. Seu carro chefe é o livro de Daniel Guérin - "La Lutte de Classes sous la Première République. Bourgeois et bras nus (1793-1797)," (Paris, Gallimard, 1946), cuja interpretação das lutas sociais centradas nos "sans-culottes" em termos de "revolução" permanente ou de proletariado "versus" burguesia, segundo seus críticos, foi criticada tanto por Lefebvre quanto por Soboul. Guérin no entanto, ao analisar a tese de Soboul, em artigo publicado nos Annales "D'une nouvelle interprétation de la Révolution française" (A.E.S.C. 20 (1) 1965 p. 84/94) defende-se dos seus críticos e faz severas restrições, por sua vez, tanto a Soboul quanto a Richard Cobb.

4 - O revisionismo liberal ou neoliberal

Para começar, desconfiamos muito de tais denominações pois, no caso em exame, ressentem um pouco a "stalinismo". Na verdade, trata-se de tendências muito diferentes entre si. Talvez o que elas têm em comum seja, exatamente, o fato de fugirem aos "padrões estabelecidos", isto é, ao marxismo. Em termos muito gerais, essas novas concepções, embora já não sejam tão "novas" assim, correspondem a três ou quatro grupos de interpretações:

- a - A interpretação de Palmer-Godechot
- b - Os textos de A. Cobban e N. Hampson
- c - As reflexões de H. Arendt
- d - As críticas de F. Furet e D. Richet

Vejamos então cada uma delas separadamente:

a - Prosseguindo uma tradição que remonta principalmente aos estudos de L. Gottschalk, nos anos 30, R. R. Palmer associou-se a Jacques Godechot e, em Roma, em 1955, apresentaram uma comunicação sobre "O Problema do Atlântico" (Comitato internazionale di Scienze storiche, X. Congresso Internazionale, Relazioni, T.V, p. 175/239, Firenze, 1956) propondo a idéia de uma "Revolução Atlântica", que abrangia, durante todo o período de 1770 a 1850, os acontecimentos revolucionários ocorridos na Europa e na América. Palmer já produzira, em 1954, um artigo no Political Science Quarterly intitulado "The World Revolution of the West, 1763-1801". Em 1956, J. Godechot, nos dois volumes de "La Grande Nation" (Paris, Aubier), refere-se à "Revolução do Ocidente", indagando (p.15): "Revolução francesa, ou Revolução ocidental?" e, em meio a uma enorme erudição bibliográfica em prol de seu argumento, resgata o título do livro de E. Burke - "A Revolução em França" (e não "A Revolução Francesa"). Mais tarde, R. R. Palmer, publicaria seus dois alentados volumes intitulados: "The Age of the Democratic Revolution" (Princeton, University Press, 1º vol, 1959, 2º vol, 1964).

Jacques Godechot, em 1963, na Nouvelle Clio, no volume "Les Revolutions" (Paris, PUF), retomou a tese da "Revolução do Ocidente" e reiterou seus argumentos (p. 1/5). R. R. Palmer, por sua vez, em 1965, num artigo intitulado "A grande inversão, a América e a Europa na Revolução do século XVIII" (in: Ideas in History. Essays presented to Louis Gottschalk by his former students, edited by Richard Herr and Harold T. Parker. Duke University Press, Durham) respondeu às críticas que lhe haviam sido dirigidas em função da concepção de uma "Revolução Atlântica" (ou do Ocidente).

As críticas, de fato, vieram de várias direções mas, principalmente, dos historiadores franceses do "métier" revolucionário. Tanto Lefebvre quanto Soboul e M. Reinhard não pouparam aos autores da proposta sucessivas críticas e objeções, a tal ponto, que em diversas outras ocasiões, sobretudo na "Revue Historique", Godechot sentiu-se levado a polemizar em defesa da sua concepção (44). Tais críticas, dada a situação das relações internacionais dos anos 50/60, partiram, de imediato, das supostas conotações político-ideológicas da própria concepção - uma tentativa de justificar, retrospectivamente a "Aliança Atlântica" (OTAN). O problema maior no entanto, além dos aspectos certamente problemáticos inerentes à concepção em si mesma, do ponto de vista comparativo, era a descaracterização da própria Revolução Francesa, sua diluição num contexto mais amplo que lhe retirava a originalidade e o caráter pioneiro e "exemplar". Se à primeira crítica ainda foi possível superar, substituindo "Atlântica" por "Ocidental", as demais permanecem. Aliás, os autores da proposta têm sido incansáveis na tentativa de convencer seus críticos que a sua concepção em nada diminui ou descaracteriza a Revolução Francesa (R. R. Palmer, 1969 - "Les Révolutions de la liberté et de l'égalité").

No entanto, como bem o observa A. Gérard, para a maioria dos historiadores a quem repugna de certo modo admitir a simples hipótese de algo assim como uma "Internacional democrática", no séc. XVIII, a idéia de uma "Internacional contra-revolucionária" não tem provocado maiores arrepios.

b – O historiador inglês Alfred Cobban (1901-1968), professor de História da França a partir de 1953, em Londres, autor de trabalhos sobre Burke (1929) e Rousseau (1934), politicamente de centro-esquerda, por vezes até algo libertário, provocou, com uma conferência que proferiu em 1954 – “O Mito da Revolução Francesa” –, um debate acirrado dentro e fora da Inglaterra. Nessa conferência, Cobban criticou o “mito” no sentido da interpretação marxista da Revolução, ou seja, a derrubada do feudalismo e a ascensão da burguesia capitalista. Em 1962 apresentou um estudo bem mais amplo intitulado “The Social Interpretation of the French Revolution” (Cambridge, University Press), prolongado, postumamente, pelos seus “collected papers” – “Aspects of the French Revolution” (Londres, Cape, 1968).

Bom conhecedor da historiografia revolucionária, tendo publicado inclusive, em 1950, um trabalho sobre esse assunto – “The Debate on the French Revolution”, Cobban inspirou-se, provavelmente, nas suas leituras de Tocqueville e nas críticas dirigidas por Trevor-Roper, Stone Hexter e outros à interpretação marxista da “Revolução Inglesa”; o exame da composição social das assembleias revolucionárias evidenciaria que os supostos revolucionários burgueses não eram capitalistas mas apenas advogados e funcionários. E mais ainda: os homens de 89 constituíam um setor social declinante e não em ascensão e só assentiram em destruir o chamado feudalismo (que não mais existia) porque foram violentamente pressionados pelos camponeses. Na realidade, a Revolução Francesa foi um gigantesco choque entre cidade e campo e entre ricos e pobres, tendo os seus efeitos características negativas: retardou o desenvolvimento econômico e beneficiou a classe proprietária fundiária essencialmente conservadora.

Apesar de severamente criticado por G. Lefebvre que o acusou de representar a reação defensiva das classes dominantes, Cobban animou um grande debate nos países anglo-saxônicos, sendo praticamente ignorado na França. Apesar disso, em 1966, J. Godechot retomou as críticas às suas teses, nelas denunciando a intenção de crítica a Soboul, e, em 1969, M. Reinhard voltou ao mesmo assunto.(45)

Cobban faz questão de situar sua interpretação como sendo de caráter “social”, tanto que rejeitou a concepção que atribui uma importância fundamental ao Iluminismo no processo político-ideológico que deságua na Revolução. Mas se afirmou também não-marxista. Muitos dos pontos que ele focalizou parecem hoje ultrapassados, inclusive porque, na perspectiva de seus adversários, falta-lhe uma base documental suficiente. Todavia, a simples postura anti-marxista, capaz de proclamar em alto e bom som que a chamada “revolução burguesa” era apenas um “mito”, foi saudada em França, nos anos 60, por autores como Richet e Furet cujas inquietações se assemelhavam em parte às do historiador britânico.

Um outro historiador inglês, **Norman Hampson**, escreveu “A Social History of the French Revolution” (Londres, Routledge, 1963), elogiado por Godechot, salvo quanto à fixação do término da Revolução em 1794. Este mesmo autor estudou detalhadamente “Os operários dos arsenais da marinha durante a Revolução Francesa” (Rev. d’Histoire Economique et Sociale, 1961, p. 287/329).(46)

Ao orientar suas pesquisas numa direção algo diferente da de Cobban, apesar de guiado por objetivos semelhantes, o norte-americano **G. V. Taylor** (1919-) obteve um rápido prestígio como historiador através de alguns artigos nos quais de-

monstrou a existência de vários tipos de fortunas, capitalistas e não-capitalistas, na sociedade francesa do setecentos, assim como as relações entre os respectivos grupos sociais, revelando a tendência, segundo ele, a uma solidariedade de interesses econômicos entre a nobreza e a burguesia. Todavia, realizando pesquisas semelhantes em outra região francesa, **J. Sentou**, em 1969, chegou a resultados algo opostos.(47)

c – As reflexões político-filosóficas de Hannah Arendt

Não sendo propriamente uma historiadora, Arendt trouxe ao debate historiográfico algumas importantes sugestões políticas e filosóficas, especialmente aquelas expostas em “Da Revolução”, uma obra de 1963 mas só traduzida entre nós em 1988. A comparação que ela desenvolve entre a Revolução Americana e a Revolução Francesa é das mais instigantes para o historiador. Ao trabalhar com os conceitos básicos de “liberdade” e “igualdade”, dissecando-os à luz das idéias e das realidades sociais do setecentos, sempre fazendo o paralelo entre França e América, Arendt aprofunda nossa própria compreensão a respeito do espaço político público e privado e das várias acepções de “liberdade” – sobretudo a “negativa” e a “positiva”, ou participativa – em conexão com os problemas teóricos e práticos colocados por aquelas revoluções.

Volta-se então à dialética da liberdade e da igualdade, daí a presença de Tocqueville, bem como ao problema que em grande parte dela se deriva: o potencial totalitário embutido nas formas de organização e prática políticas assentadas numa democracia de massas.

Pouco frequentada pelos historiadores, sempre preconceituosos sobre tais “especulações filosóficas”, Arendt propõe uma análise não-marxista de fenômenos fundamentais à compreensão dos primórdios da modernidade. Sua importância ultrapassa em muito os limites do debate historiográfico sobre a Revolução.

Não menos importante, se bem que igualmente suspeito para os historiadores, é o livro de **J. C. Talmon** sobre “As origens da democracia totalitária”, publicado em 1966. Ao explicitar muito do que apenas está sugerido por Arendt, Talmon conecta a “democracia direta”, rousseauiana, materializada em parte à época da Convenção, com os totalitarismos do séc. XX – motivo suficiente para ser colocado no “Index” marxista, mas, ao mesmo tempo, instigante para os dois historiadores franceses que iremos referir agora – D. Richet e F. Furet.

d – O chamado “revisionismo”

Desde duas décadas pelo menos, o novo acirramento da polêmica no campo da historiografia da Revolução Francesa está associado, fundamentalmente, à publicação de “La Révolution française”, de autoria de **F. Furet e D. Richet** (Paris, Hachette, 1965/6, 2 vols.).

Em função das interpretações que esses dois autores propuseram para as várias questões tradicionalmente incluídas no “corpus” historiográfico da Revolução, reacenderam-se antigas idiosincrasias, retomaram-se velhas posturas maniqueístas e, rapidamente, o debate acadêmico resvalou para os enfrentamentos político-ideológicos e as querelas pessoais.

A concepção de Furet e Richet parte da verificação, "evidente", de que, em 1789, houve a "telescopagem" de três revoluções: a revolução jurídica e de sentido liberal das "elites" esclarecidas, a qual seria a verdadeira "revolução das Luzes"; a revolução do campesinato descontente; a revolução dos ressentidos das classes inferiores urbanas. Essencial à compreensão da primeira dessas revoluções é o conceito de "elite", englobando os segmentos burgueses e aristocráticos comprometidos com um projeto reformista e juridicamente igualitário (48). Dentro desta perspectiva as noções de "reação aristocrática" e luta entre uma classe feudal e uma classe burguesa além da definição "antifeudal" da Revolução, deixam de ter pertinência. Já as duas outras "revoluções" tenderiam a configurar, especialmente em função da liderança de Paris, uma "revolução popular", ao mesmo tempo violenta e retrógrada, não desejada pela burguesia e apenas aceita enquanto imposição "vinda de baixo", apoiada no argumento de força.

Ao partirem de tais pressupostos, os autores tentaram encontrar respostas para uma indagação fundamental: como foi possível que a "Revolução de 1789", esclarecida, de cunho reformista, tenha se transformado na "Revolução de 1793", comandada pelos "sans-culottes", dominada pelos ideólogos, a ponto de converter-se na "aberração incompreensível" que foi o "Terror"?

Segundo Furet e Richet, por culpa da completa falta de inteligência política da Corte, incapaz de compreender a proposta de uma revolução "pelo alto", reformista, comandada pelas elites "esclarecidas", o "curso normal" dos acontecimentos foi atropelado pela irrupção das massas populares no palco das decisões, o que teria provocado uma "derrapagem" acidental da Revolução, cuja maior consequência foi a ditadura jacobina. Segundo eles, uma ditadura não era nem indispensável ao sucesso do projeto das elites, nem foi motivada pela "primeira revolução".(49)

Tais interpretações, exatamente por incluírem a rejeição ou retificação de concepções que são partes essenciais da interpretação marxista, geraram imediatas contestações (50), ao lado de recensões equilibradas, como a de L. Bergeron (51). Richet e sobretudo Furet responderam a tais críticas, especialmente às de C. Mazauric. Neste sentido, destaca-se o artigo de F. Furet sobre "O Catecismo Revolucionário".(52)

A Revolução Francesa de Furet e Richet colide ainda com diversas outras visões já consolidadas sobre variados aspectos constitutivos do processo revolucionário. Em se tratando das "origens", por exemplo, Richet descreve uma situação de "bloqueio econômico" da França do setecentos, em dissonância, ao menos em parte, com a idéia de "revolução da prosperidade" (Tocqueville/Labrousse), referida por nós anteriormente. Quanto ao "Terror", aparentemente "incompreensível", Furet vai tentar explicá-lo através da leitura das obras de A. Cochin e de A. de Tocqueville. Combinando-os, Furet aventa a hipótese de que, em decorrência do grande avanço da centralização estatal à época da monarquia absoluta, teria havido, a partir da derrocada da monarquia constitucional, ou mesmo antes, uma completa falência das instituições políticas normais, um vazio do poder que deixou nas mãos dos ideólogos a realidade das decisões.

Dessa maneira, ter-se-ia implantado em conexão com o modelo de democracia direta, representado pelo "regime de assembléia", uma verdadeira tirania do discurso ideológico, o reino da "opinião" através da fala persuasiva. Nesse dilema entre a "democracia representativa", posta em xeque, e a "democracia direta", a meio caminho, o comando das decisões passou para os ideólogos jacobinos que atuaram através das "sociétés de pensée", particularmente os clubes, veiculadores, conscientemente ou não, das teses de Rousseau sobre a "democracia" e a "vontade geral".(53)

Para Furet, 1794 significa o retorno ao "curso normal" e o Termidor, longe de ser a vitória da contra-revolução, é a afirmação dos "princípios de 1789".

Os críticos do trabalho de Furet e Richet acusaram-nos de dar preferência a fontes secundárias, quer dizer, de não pesquisarem, ou o fazerem de forma insuficiente, o que não nos parece verdadeiro. Talvez se possa dizer que eles dão pouco espaço à contingência, ao acaso, e à influência de indivíduos. Porém, pensando bem, isto também se pode dizer dos "Annales" em geral. Em relação a estes, os nossos autores talvez só tenham mesmo uma diferença marcante - a enorme importância que as ideologias assumem em sua versão da Revolução.

Em 1978, num livro intitulado "Penser la Revolution française" (Paris, Gallimard) (54), Furet preocupou-se em apresentar os trabalhos mais expressivos do seu percurso intelectual como historiador da Revolução, a fim de balizar suas próprias referências e mais longamente expor suas dúvidas acerca das concepções sobre a Revolução presentes na perspectiva historiográfica. Ao mesmo tempo, ele vai dando respostas às críticas dirigidas ao livro que escrevera com D. Richet. Para começar Furet se indaga: Como interpretar esse evento? Para responder à pergunta, Furet vai então tecendo a imensa rede de relações político-partidárias e ideológicas que, ao longo da historiografia, marcaram as sucessivas "visões" da Revolução. Daí o título do primeiro trabalho do citado livro: "A Revolução Francesa acabou". Não se trata, como alguns dizem, de afirmar que "não houve Revolução" mas, sim, colocar a questão de que jamais poderemos analisá-la corretamente enquanto muitos não quiserem, ou não puderem, admitir esse fato elementar para um historiador - o seu término!

A razão maior da manutenção artificial da Revolução, ainda hoje, como coisa "viva", embora petrificada, no dizer de Furet, vem a ser a sua dupla identidade: por um lado ela se identifica como momento fundador por excelência da "nação" e da "igualdade republicana"; logo, criticá-la é atentar contra os sentimentos nacionais e patrióticos; do outro lado, a Revolução Francesa se transformou simplesmente em "a Revolução", a promessa de uma sociedade mais justa, a garantia do "progresso"; atacá-la, enquanto tal, é incorrer nas iras dos seus guardiães, os marxistas, ou "comunistas", como Furet costuma escrever, justamente aqueles que guardam consigo as chaves do controle acadêmico e intelectual na França. Enfim, posicionar-se contra essas duas identidades é ser simultaneamente "antipatriótico" e "reacionário" ou "direitista".

O texto todo de "O Catecismo Revolucionário" consiste exatamente na discussão e crítica dos críticos das suas posições: A. Soboul e C. Mazauric. Para Furet, há uma distância enorme entre o marxismo-leninismo desses historiadores e as concepções do próprio Marx:

"O drama dos Franceses, tal como dos operários, são as grandes recordações. É preciso que os acontecimentos ponham fim de uma vez por todas a esse culto reacionário do passado"

(Marx, "Carta a Cesar de Paepe", 14 de setembro de 1870)

Se a "Revolução acabou", se a interpretação "oficial" é apenas um texto no "catecismo revolucionário", que fazer? Para Furet a resposta só poderá ser uma: analisar os problemas teórico-metodológicos da história revolucionária, começando pelo próprio conceito de "revolução". No seu modo de ver a verdadeira raiz das distorções existentes, afora as questões pessoais, se acha no fato de não existir uma explicação rigorosa dessa "Revolução" sobre a qual tanto já foi escrito. Uma afirmação sem dúvida alguma estranha, pelo menos à primeira vista.

Na verdade, o ponto crucial da discussão, segundo Furet, não se situa nas discrepâncias interpretativas, quaisquer que sejam elas. A questão de fundo é a verificação de que, com raríssimas exceções, todos que se propuseram a interpretar a Revolução fizeram-no sempre a partir de uma ilusão inicial que contaminou, a seguir, todo o restante desses esforços: a ilusão, o erro mesmo, teria sido o de tomarem como "reais", no sentido de verdadeiras, as representações e tomadas de consciência dos próprios agentes sociais envolvidos nos acontecimentos revolucionários acerca desses mesmos acontecimentos. As concepções respeitantes às origens da Revolução, sua natureza e objetivos, produzidas por tais agentes, inclusive os motivos, intenções e justificativas que eles externaram sobre o sentido das suas ações, ou dos eventos de que foram participantes, ou testemunhas, constituem, ainda hoje, a matéria-prima das histórias da Revolução. Trata-se, portanto, do problema da "ideologia" e, para Furet, nada melhor nesse caso do que retornarmos a Marx. Tal é, precisamente, a essência das críticas que ele endereçou a Soboul e Mazauric.

Portanto, se, como afirma Furet, tudo que temos sobre a Revolução são interpretações ideológicas construídas sobre as representações presentes nos discursos produzidos pelos próprios revolucionários, elas mesmas não sendo outra coisa senão significações também ideológicas, o que de fato possuímos é uma ideologia da ideologia. Quer dizer, nossa idéia da **Revolução** como "revolução" nada mais é do que a ideologia de indivíduos ou grupos que viam a si próprios como "revolucionários" no interior de um processo que eles apreenderam como "revolução", dada sua natureza, para eles, evidente e indiscutível. Aliás, diga-se de passagem, o problema não consiste nessas apreensões ou tomadas de consciência "revolucionárias", uma vez que tais agentes sociais operavam dentro dos limites das possibilidades existentes à elaboração de suas representações sobre tudo aquilo que estavam vivenciando.(55)

Sendo assim, deduz Furet, se tudo que possuímos a respeito da "Revolução" nada mais é do que a idéia ou consciência de "revolução" daqueles que dela participaram como elementos político, social e ideologicamente ativos, ou passivos, o único caminho à nossa disposição deverá ser o da construção científica do conceito dessa "Revolução". Neste passo, Furet vai resgatar os livros de A. de Tocqueville e de A. Cochin baseando-se na convicção de que esses autores foram os únicos que propuseram uma conceituação rigorosa da Revolução Francesa.

O verdadeiro núcleo argumentativo de F. Furet não é, portanto, a chamada "tese da derrapagem", nem tampouco a intenção de negar que tenha havido a Revolução Francesa. Os alvos de sua argumentação visam outros pontos: 1º) o aspecto metodológico tal como tentamos resumi-lo acima; 2º) o problema ideológico. Quanto a este, é bastante expressiva a comparação feita por Furet entre a diferença de situações que enfrentam os historiadores: uma coisa é estudar os reis Merovíngios, outra, bem diversa, é querer estudar a Revolução Francesa. No primeiro caso, o historiador enfrentará os obstáculos naturais do ofício; já no segundo, ele terá primeiro que se "identificar".

J. Solé, ao referir-se a Furet "e seus amigos", reconhece a natureza de sua oposição – são contra os defensores das interpretações tradicionais, de uma forma ou de outra ligadas ao marxismo. Mas reconhece e proclama que Furet e os demais nunca se limitaram a difundir as teses de A. Cobban e seus seguidores. O que eles pedem, lembra Solé, é apenas que deixemos de comemorar um patrimônio ou proferir um anátema em relação a 1789.

"No entanto, seria um erro utilizar sem crítica, para tal trabalho (de denúncia), as pesquisas recentes sobre a Revolução de 1789. Ao arranharem a superfície do ícone, elas na verdade só fazem ressaltar sua grandeza e importância, uma vez que, de uma forma ou de outra, boa parte de nossas divisões ideológicas e aspirações políticas nasceu nesse espantoso decênio".(56)

IV – CONCLUSÕES GERAIS

Em linhas gerais, quanto aos aspectos de conteúdo interpretativo da Revolução Francesa, poderíamos reproduzir a maior parte das conclusões de J. Solé, acrescentando-lhes apenas as seguintes considerações:

- 1 – O caráter político-ideológico das interpretações, configurando a contradição insolúvel entre historiadores "progressistas" e "reacionários", permanece viva e atuante, eclipsando as discussões e até desqualificando, preliminarmente, a discussão que não incluía de saída a aceitação de determinados "parâmetros";
- 2 – Boa parte do debate atual se processa sem um conhecimento preciso dos argumentos em presença, limitando-se a tomadas de posição genéricas e emotivas diante da simples proposta de colocar a "revolução" como objeto passível de discussão;
- 3 – Os variados preconceitos de toda ordem que sempre acompanharam a história da Revolução continuam a existir, transformados e adaptados às novas realidades do mundo atual;
- 4 – O problema da violência revolucionária, sua necessidade e legitimidade, permanece como um dos grandes divisores de águas, talvez porque se trate de uma questão extremamente atual, inclusive sob um prisma revolucionário;
- 5 – A divisão das interpretações da Revolução entre duas "teorias" – conspiração e circunstâncias – oculta sempre uma outra questão, bem mais ampla: a das premissas cognitivas sobre o próprio objeto. Ao tomar-se a Revolução como um "dado", apostando

em sua "realidade", evidente por si mesma, pomos de lado todas as armadilhas inerentes aos níveis de significação ideológica presentes nas práticas discursivas que constituem boa parte do material com que o historiador trabalha;

6 - Praticamente, até os dias atuais, a "Revolução em si" raramente foi posta em dúvida. Embora variem as tonalidades das tintas, os ritmos das ações e os atores privilegiados, a Revolução permanece como que indiferente às filigranas e sofisticções historiadoras. Como se o realmente importante fosse apenas "vê-la", enquanto realidade revolucionária;

7 - A atualidade de Tocqueville, o prestígio de Hannah Arendt, derivam da importância que adquire em suas análises não propriamente a Revolução Francesa em si mesma mas a problemática, tremendamente atual, da dialética da liberdade e da igualdade.

Enfim, uma visão panorâmica do curso seguido na atualidade pelo debate sobre a história da Revolução demonstra que, mais uma vez, tenta-se colocar em ação os mesmos processos de desqualificação daqueles que não comungam da visão oficial sobre a Revolução: são direitistas e(ou) reacionários.

Talvez o problema agora seja outro, porém. A discussão tende a concentrar-se na análise da Revolução em si, sua realidade mesma, não se limitando mais ao estilo tradicional que consistia em tomadas de posição pró ou contra esta ou aquela versão mas onde havia uma base ou substrato mínimo de entendimento - a realidade da Revolução de 1789 como "revolução".

Em segundo lugar, verifica-se que está também em jogo a própria maneira do historiador encarar sua tarefa - o sentido de suas investigações, a natureza e valor de seus pressupostos, explícitos ou implícitos. Em síntese, o debate tende para o campo teórico-metodológico, coisa que já se constitui em verdadeira novidade nessa historiografia.

Em terceiro lugar, evidencia-se com nitidez a inocuidade das posturas críticas tradicionais, com seu viés francamente partidário diante dessas novas perspectivas críticas surgidas no âmbito da historiografia revolucionária. No presente estágio da controvérsia, provavelmente só os espíritos ingênuos ou mal informados, além, obviamente, dos sectários, poderão ainda impressionar-se ou levar a sério ataques puramente ideológicos acompanhados de argumentos "ad homine". Fica cada vez mais difícil destruir as críticas simplesmente acabando com os críticos.

Por último, não parece viável que se possa recorrer para a defesa da Revolução (se é que ela precisa ser defendida) aos velhos espectros fantasmiais da "nação" ou da "pátria", supostamente agredidos e ameaçados. **De pouco valem hoje, e esperamos que possam valer ainda menos no futuro, as posturas** maniqueístas como método para solução de problemas que dependem muito menos de fidelidades afetivas, subjetivas, e, bem mais, de toda uma adequada clarificação de perspectivas e pressupostos do próprio estudo e pesquisa da Revolução.

NOTAS

- (1) Barreto, Luís Felipe - **Caminhos do saber no Renascimento Português**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1986, p. 206.
- (2) Monod, Gabriel - **Michelet et l'Historiographie révolutionnaire** (Revue Internationale de l'enseignement, 1910, pp. 414-437). Aulard, A. - **Histoire de la Révolution, méthodes et résultats** (Revue du Mois, 10/05/1906 p. 538-550). Acton, Lord - **The literature of the Revolution**. Como apêndice: Lectures on the French Revolution, 1910. Caron, P. - **Manuel Pratique pour l'étude de la Révolution Française**, Paris, (1912), 2^{ème} édition, 1947.
- (3) Lefebvre, G. - "**Les historiens de la Révolution Française**" Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg, 1929/1930, fasc. 46 in: Études d'histoire révolutionnaire e contemporaine. Lefebvre, G. - "**La Révolution française et les paysans**" (Cahiers de la Revolution Française, n^o 1, appendice - p. 42-9). Paris, 1924. Sagnac, Ph. - "**La Révolution de 1789 d'après Michelet**, Quinet, Thiers, etc..." 1934. Villat, L. - **La Révolution et l'Empire**. vol. I - Les assemblées Révolutionnaires (1789-99); Paris, PUF, 1936 - p. XII - LXXII. Reinhard, M. - "**L'Institute d'histoire de la Révolution française**" in: Revue Historique, 1961, v. 226, p. 153-156. Halévy, D. - "Histoire d'une Histoire", pour le troisième cinquantenaire de la Revolution française (1939). Martim, A. e Walter G. - **Catalogue de l'histoire de la Révolution française**, Paris, 1936-55 6 vols.
- (4) Lefebvre, G. - **Cours d'historiographie moderne**. Paris, CDU, 1946. Cobban, A. **The Debate on the French Revolution**. Londres (1950). Cobban, A. - **The historians and the causes of the French Révolution**, Londres, 1958. Mellon, S. - **The Political uses of history. A study of historians in the French. Restoration**. Stanford University Press, 1958. Geyl, P. **Encounters in History** (French historians for and against the Revolution). Cleveland, 1961. MacManners, J. - **The historiography of the French Revolution**. New Cambridge Modern History, vol. VIII, 1965. Godechot, J. - **Où on est en l'historiographie ?** in: l'information Historique, 1965. Godechot, J. **Les Révolutions**, Paris, PUF, 1965, p. 34-75. Gérard, Alice - **A Revolução Francesa - Mitos e Interpretações**. São Paulo, Perspectiva, s/d. Reinhard, M. - **Sur l'histoire de la Révolution française**. in: *Annales* 14 (1959) p. 552-570. Schmitt, E. - **Revolucion Francesa, en Historia & Marxismo y Democracia** (Enciclopédia dirigida por C.D. Renning), Madrid, Rio duero, 1975 p. 91/115. Walter G. **Repertoire de l'histoire de la Révolution Française**. Paris, 1941 - 52 - 2 vol.
- (5) Gérard, Alice - op. cit. p. 48.
- (6) Idem, *ibid.*, p. 74/77.
- (7) Idem, *ibid.* p. 98/99.
- (8) MacManners, J. - op. cit. p. 618/9.

- (9) Gérard, Alice op. cit. p. 14/15.
- (10) MacManners, op. cit. p. 620/1.
- (11) cf. MacManners, op. cit. p. 621 e Gérard, op. cit. p. 31 e segs.
- (12) cf. idem, ibid. p. 623/4.
- (13) cf. Lefebvre, G. **La naissance de l'historiographie moderne**, Paris, Flammarion, 1971, p. 163/4.
- (14) Gérard, A. op. cit. p. 40.
- (15) Auguste Mignet (1790-1884) – **Histoire de la Révolution française**, Paris, 1924; cf. Mellont, S. *The political Uses of History* (N.Y., Columbia Univ. Press, 1958); Adolphe Thiers (1797-1877) – **Histoire de la Révolution Française** (1823-1827); François, Pierre Guillaume Guizot (1787-1874) – **Cours d'histoire moderne** (1829-1832); cf. MacManners, op. cit. p. 625/8; Lefebvre, G. – op. cit. p. 83/4, situa Guizot em 1º lugar.
- (16) Buonarroti, Filippo M. (1761-1837) – **“Conspiration pour l'égalité, dite de Babeuf”**. Paris, 1928.
- (17) cf. MacManners, p. 628/9 e Gérard, A. op. cit. p. 46, nota 7.
- (18) Louis Blanc (1811-1882) – **Histoire de la Révolution française** (1847-1862); Carlyle, Thomas (1795-1881) – **The French Revolution, a History** (1837) cf. Fueter, *Historia de la Historiografia Moderna*, B. Aires, Nova, 1953, 2º vol., p. 131/136, Lefebvre, G, op. cit. p. 254/9, 208/9; Gérard, A. op. cit. p. 49.
- (19) Gérard, A. op. cit. p. 50/2.
- (20) Jules Michelet (1798-1874) – **Histoire de la Révolution française** (publicada entre 1847 e 1853), 7 vols; **“Le Peuple”** (1846); Cf. Fueter, Ed. op. cit. p. 128/131; Lefebvre, G. op. cit. p. 187/204; MacManners, op. cit. p. 630/4.
- (21) Gérard, A. op. cit. p. 58/60, onde a autora afirma que foi a partir do despertar da “energia popular”, em junho de 1848, que se deu toda sua importância à idéia do desvio de “93”, consagrando-se o princípio do dualismo revolucionário.
- (22) Lefebvre, G. **Annales Historiques de la Révolution Française, (A.H.R.F)** 1955, p. 313/323, e a **“Introdução” ao Tomo II das Oeuvres Complètes de A. de Tocqueville**, Paris, 1952, bem como os estudos de F. Furet.
- (23) Tocqueville, Conde Alexis de (1805-1859) – **“La Démocratie en Amérique”** (1835-1840), **“L'Ancien Régime et la Révolution”** (1856). Cf. Lefebvre G., op. cit. p. 209/216; MacManners, op. cit. p. 634/638: “Tocqueville é um exemplo padrão para os historiadores do valor das hipóteses preliminares, e da verdade devastadora de que não existe nada que substitua a inteligência”.

- (24) cf. MacManners, op. cit. p. 638; esta afirmação de MacManners colide com a opinião de G. Lefebvre que associa Sorel a Taine (op. cit. p. 247) o mesmo fazendo Fueter (p. 271/2).
- (25) Hippolyte Taine (1828-1893) – **“Les origines de la France contemporaine”** (1874-1894) 6 vols; cf. Lefebvre, G. op. cit. p. 233/247; Fueter, Ed. op. cit. p. 262/270; MacManners, op. cit. p. 638/640.
- (26) Gérard, A. op. cit. p. 72, nota 13.
- (27) Edgar Quinet (1803-1875) – **“La Revolution”** (escrita desde 1854 e publicada em 1865); foi também o tradutor de Herder (1827); cf. Lefebvre, G. op. cit. p. 206/8.
- (28) cf. Gérard, A. op. cit. p. 64/5, nota 6, e p. 68.
- (29) Idem, ibid. op. cit. 35/6
- (30) Alphonse Aulard (1849-1828) **“Histoire Politique de la Révolution française”** (1901); **Taine, historien de la Révolution française** (Paris, Alcan, 1907), **“La Révolution française et le régime féodal”** (Paris, Alcan, 1919); cf. MacManners, op. cit. p. 643/5; Gérard, A. op. cit. p. 79.
- (31) G. Lefebvre, apud Gérard, A. op. cit. p. 74; cf. notas 1 e 2.
- (32) Gérard, A. op. cit. p. 78, notas 7 e 8.
- (33) “Senhores, estejamos de acordo ou não, a Revolução Francesa é um bloco que não aceita divisões” (Clémenceau); “É radical aquele que professa para com a Revolução Francesa uma lealdade análoga àquela dos realistas para com seu rei” (Thibaudet), apud Gérard, A. op. cit. p. 80.
- (34) Jean Jaurès (1859-1914) **Histoire Socialiste de la Révolution Française** (Paris, 1901/5, 4 vols); cf. Gérard, A. op. cit. p. 85, MacManners, op. cit. p. 646.
- (35) Albert Xavier Émile Mathiez (1874-1932) – **Les origines des cultes révolutionnaires** (Paris, Soc. Nouv. 1904); **La Révolution et l'Eglise** (Paris, A. Colin, 1910), **Études robespierristes** (Paris, A. Colin, 1917/1918, 2 vols), **La Révolution française** (Paris, A. Colin, 1922/7, 3 vols), **La vie chère et le mouvement social sous la Terreur** (Paris, Pyot, 1927), **Girondins et Montagnards** (Paris, Didot, 1930), etc.; cf. MacManners, op. cit. p. 646/7, onde refere uma frase de L. Febvre sobre Mathiez: “paramentado com suas virtudes cívicas.: como um promotor público num filme judicial, ou um Fourquier-Tinville de melodrama”.
- (36) cf. MacManners, op. cit. p. 649/50 e Furet F. – **Auguste Cochin: the Theory of Jacobinism**, em: **Interpreting the French Revolution** (Cambridge, Univ. Press, 1981, p. 164/204).

- (37) Georges Lefebvre (1874-1959), cf. Falcon, F.J.C. "Apresentação" à edição brasileira (2ª) de *O Grande Medo de 1789* (Rio, Campus, 1989); Reinhard, Marcel - "Un historien au XXe. siècle: Georges Lefebvre" em *Revue Historique* 84 - CCXXXIII, 1960, p. 1 a 12; id. "Georges Lefebvre", em *Revue d'Histoire Economique et Contemporaine*, VII (1960) 1, p. /10.
- (38) cf. Dosse, Ph. "L'Histoire en miettes", Paris, La Découverte, 1987, p. 65; MacManners, op. cit. p. 650.
- (39) Gérard, A. op. cit. p. 96, sobretudo a nota 26.
- (40) cf. MacManners, op. cit. p. 651.
- (41) cf. Godechot, J. em *Revue Historique*, CCXXVII, avril, 1962, p. 493/4.
- (42) Idem, *Revue Historique*, CCXXXVI, juillet, 1966, p. 204/5, e CCXXVII, avril, 1962, p. 502/3.
- (43) cf. Godechot, J. em *Revue Historique*, CCXXVII, avril, 1962, p. 503/4, idem, CCXXXVI, oct. 1966, p. 412/3; Idem, *ibid*, p. 417..
- (44) Lefebvre, G. A.H.R.F. 1957, p. 272/4, Reinhard, M.A.H.R.F. 1960, p. 220/3; Godechot, J. *Revue Historique*, CCXXXVI, juillet, 1966, p. 199/200 e 204.
- (45) Lefebvre, G. em A.H.R.F. 1956, p. 337/345; Reinhard, M. A.H.R.F. 1969, p. 145/371; Godechot, J. *Revue Historique*, CCXXXVI, p. 405/6, Gérard, A. op. cit. p. 121 e 125.
- (46) Godechot, J. *Revue Historique*, CCXXXVI, p. 407 e 413
- (47) Os artigos: "Types of capitalism in 18th. century France", em: *Englis Historical Review*, 79 (1964) 478-497; "Non capitalist wealth and the origins of the French Revolution", em *American Historical Review*, 72 (1967) 469-496; "Revolutionary and nonrevolutionary content in cahiers of 1789", em *French Historical Studies*, 7 (1972) 479-502; J. Sentou, *Fortunes et groupes sociaux à Toulouse sous la Révolution*, apud Gerard, A., op. cit. p. 129. A dissonância teria a ver, inicialmente pelo menos, com as diferenças regionais (Bordeaux X Toulouse).
- (48) cf. Richet, Denis - "Autour de la Révolution française: Élités et despotisme", em *Annales*, E.S. C., 1 (1969) p. 1-23; comparar com Maranini - G. *Classe e stato nelle Rivoluzione francese* (Firenze, Vallecchi, 1965).
- (49) cf. as opiniões de M. Göhring - *Die Grosse Revolution*, 1950 - e o prefácio de D. Richet ao livro de Leo Gershey - *L'Europe des princes éclairés*, 1966, bem como nosso livro - "Despotismo Esclarecido" (S.Paulo, Ática, 1986).
- (50) Mazaucic, Claude "Sur la Révolution française" (Paris, Ed. Sociales, 1970, com Prefácio de A. Soboul).

- (51) Bergeron, L. "Une relecture attentive et passionnée de la Révolution française" em *Annales*, E.S.C., 3 (1968) 595-615.
- (52) Furet, François - "Le catéchisme de la Revolution française", em *Annales*, E.S.C., 2 (1971) 255-289.
- (53) Furet, F. "De Tocqueville and the problem of the French Revolution", "Auguste Cochin: the theory of Jacobinism", ambos em *Interpreting the French Revolution*, op. cit. p. 132 e 164, respectivamente.IH
- (54) Utilizamos o livro de Furet em sua edição inglesa, já citada, bem como a edição portuguesa, parcial - *Ensaio sobre a Revolução Francesa* (Lisboa, A Regra do Jogo, 1978) a qual contém um prefácio de F. Furet; só agora, 1989, foi editada a versão brasileira (Rio, Zahar).
- (55) cf. Ozouf, Mona "De Thermidor à Brumaire: le discours de la Revolution sur elle Méme", em *Rev. Hist.* jan/mar, 1970, p. 31-66; Maranini, G. op. cit.; e também os trabalhos de Régine Robin e outros autores preocupados com "lingüística e história".
- (56) Solé, Jacques *A Revolução Francesa em Questão* (Rio, Zahar, 1989), p. 11/16, notas 9 e 10.



FRANCISCO JOSÉ CALAZANS FALCON

É professor titular da Universidade Federal Fluminense e livre-docente em História Moderna pela mesma Universidade. Ex-coordenador do curso de Pós-graduação em História, atualmente é Pró-reitor de Pesquisa e Graduação da UFF. Autor de diversos livros, destacando-se, dentre eles, *A Época Pombalina*, *Política Econômica e Monarquia Ilustrada*; *Mercantilismo e Transição*; e *O Iluminismo*.

INCONFIDENTES MINEIROS: VERSOS TERNOS, PALAVRAS DURAS

Célia Galvão Quirino

*"Destes penhascos fez a natureza
O berço em que nasci: oh! quem cuidara
Que entre penhas tão duras se criara
Uma alma terna, um peito se dureza."*

(Cláudio Manoel da Costa)

ANTECEDENTES

Em 1788, Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido pela alcunha de Tiradentes, oficial de baixa patente de tropas locais, andava pelas ruas de Vila Rica, situada na região das Minas, no interior da extensa colônia portuguesa da América do Sul, à procura de alguém que lhe traduzisse a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte.

Alguns anos antes, em 1786, José Joaquim da Maia, jovem brasileiro estudante na Universidade de Montpellier (França) procurava encontrar-se com Thomas Jefferson, embaixador em França da recém-nascida nação norte-americana. Essa entrevista foi retratada por Jefferson a John Jay, então Secretário de Estado dos Estados Unidos, como um encontro no qual o jovem brasileiro havia lhe indagado das possibilidades de o governo americano ajudar o Brasil, caso ali se tentasse a libertação de Portugal.

Anterior ainda a esses dois acontecimentos, por volta de 1782, Francisco Miranda, nascido em Caracas, Venezuela, com apenas 32 anos, apesar de já ter sido Capitão do Exército Espanhol, viajava pelos Estados Unidos e pela Europa, em busca de conhecimentos políticos e de aprendizado militar que pudessem orientá-lo na missão que então se propunha, de libertar sua terra do jugo espanhol.

Muitos outros relatos semelhantes podem ser lembrados sobre as intenções e tentativas de jovens latino-americanos para libertar suas colônias das respectivas Metrôpoles. Embora naturais de regiões diversas, de profissão e formação distintas e com diferentes visões de mundo, estes homens possuíam em comum, no entanto, esse desejo de tornar independentes as colônias espanholas e portuguesas na América. O que os fazia ter desejos semelhantes? O que os fazia pensar em liberdade, não apenas a do indivíduo, mas também "et-pour cause" a da nação? O que os fazia pensar em uma igualdade que os equiparasse à cidadania dos reinóis e mesmo, alguns pelo menos, ao absurdo da escravidão?

Por um lado, o sucesso-da guerra de independência da América Inglesa aparecia como um exemplo a ser seguido. Tiradentes não apenas queria saber o que estava escrito na Constituição americana mas, na sua propaganda revolucionária, gostava de declarar que "as Minas pelas suas riquezas bem podiam ficar independentes como fez a América Inglesa" (1).

Por outro lado, o que se sabe é que os ideais de liberdade, originados na ilustração francesa, que sustentavam ideologicamente tal comparação, eram amplamente discutidos pela elite intelectual das colônias. Não era por certo o caso de Tiradentes. Ele não pertencia às classes mais elevadas, não era capaz de falar ou ler línguas estrangeiras, provavelmente nem mesmo o latim, mais facilmente ensinado pelos padres nas colônias; enfim, não havia recebido uma educação mais refinada. No entanto, mesmo ele era capaz de expressar o desejo de libertação de seu país, inspirando-se sobretudo no recente episódio da independência dos Estados Unidos.

Havia, portanto, para os habitantes das colônias americanas, dois focos de inspiração de caráter libertário: um, bastante óbvio, dizia respeito a uma revolução bem-sucedida que tinha possibilitado a realização concreta da libertação de um povo e o surgimento de uma nova nação; outro, de caráter ideológico, falava em liberdade e igualdade dos homens e era aprendido fora da colônia por sua elite intelectual; porém, curiosamente conseguia se difundir no seu interior atingindo mesmo os menos favorecidos.

No Brasil, os integrantes dessa elite, por vezes filhos de senhores abastados, haviam tido a possibilidade de estudar em Universidades, não apenas da Metrôpole, mas também inglesas e sobretudo francesas. Nessas Universidades, pelas suas leituras de revolucionárias filosofias políticas contemporâneas e pelas discussões com seus mestres e colegas de outras nações, eram envolvidos pelos valores do iluminismo francês e pelas teorias do jus-naturalismo moderno. Estas ensinavam-lhes que os homens no Estado de Natureza são livres e iguais e a ilustração mostrava-lhes a importância da razão e do desenvolvimento intelectual. Ao voltarem à Colônia era natural que as discussões literárias, filosóficas e políticas continuassem. Espalharam-se, assim, as idéias modernas mesmo entre aqueles que não haviam saído do país.

Na Colônia portuguesa, essas idéias, embora oriundas da França, muitas vezes em sua passagem por Portugal adequavam-se à Ilustração pombalina e, ao chegar a Colônia, pediam uma nova adaptação. Por isso, talvez, em alguns momentos as idéias francesas sem novas roupagens pareciam apresentar mais diretamente as soluções dos problemas; em outros, a versão pombalina surgia como mais correta e, finalmente, determinadas situações coloniais levavam à necessidade de colocar-lhes nova capa.

INCONFIDENTES MINEIROS: VERSOS TERNOS, PALAVRAS DURAS

Célia Galvão Quirino

*"Destes penhascos fez a natureza
O berço em que nasci: oh! quem cuidara
Que entre penhas tão duras se criara
Uma alma terna, um peito se dureza."*

(Cláudio Manoel da Costa)

ANTECEDENTES

Em 1788, Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido pela alcunha de Tiradentes, oficial de baixa patente de tropas locais, andava pelas ruas de Vila Rica, situada na região das Minas, no interior da extensa colônia portuguesa da América do Sul, à procura de alguém que lhe traduzisse a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte.

Alguns anos antes, em 1786, José Joaquim da Maia, jovem brasileiro estudante na Universidade de Montpellier (França) procurava encontrar-se com Thomas Jefferson, embaixador em França da recém-nascida nação norte-americana. Essa entrevista foi retratada por Jefferson a John Jay, então Secretário de Estado dos Estados Unidos, como um encontro no qual o jovem brasileiro havia lhe indagado das possibilidades de o governo americano ajudar o Brasil, caso ali se tentasse a libertação de Portugal.

Anterior ainda a esses dois acontecimentos, por volta de 1782, Francisco Miranda, nascido em Caracas, Venezuela, com apenas 32 anos, apesar de já ter sido Capitão do Exército Espanhol, viajava pelos Estados Unidos e pela Europa, em busca de conhecimentos políticos e de aprendizado militar que pudessem orientá-lo na missão que então se propunha, de libertar sua terra do jugo espanhol.

Muitos outros relatos semelhantes podem ser lembrados sobre as intenções e tentativas de jovens latino-americanos para libertar suas colônias das respectivas Metrôpoles. Embora naturais de regiões diversas, de profissão e formação distintas e com diferentes visões de mundo, estes homens possuíam em comum, no entanto, esse desejo de tornar independentes as colônias espanholas e portuguesas na América. O que os fazia ter desejos semelhantes? O que os fazia pensar em liberdade, não apenas a do indivíduo, mas também "**et-pour cause**" a da nação? O que os fazia pensar em uma igualdade que os equiparasse à cidadania dos reinóis e mesmo, alguns pelo menos, ao absurdo da escravidão?

Por um lado, o sucesso-da guerra de independência da América Inglesa aparecia como um exemplo a ser seguido. Tiradentes não apenas queria saber o que estava escrito na Constituição americana mas, na sua propaganda revolucionária, gostava de declarar que "as Minas pelas suas riquezas bem podiam ficar independentes como fez a América Inglesa" (1).

Por outro lado, o que se sabe é que os ideais de liberdade, originados na ilustração francesa, que sustentavam ideologicamente tal comparação, eram amplamente discutidos pela elite intelectual das colônias. Não era por certo o caso de Tiradentes. Ele não pertencia às classes mais elevadas, não era capaz de falar ou ler línguas estrangeiras, provavelmente nem mesmo o latim, mais facilmente ensinado pelos padres nas colônias; enfim, não havia recebido uma educação mais refinada. No entanto, mesmo ele era capaz de expressar o desejo de libertação de seu país, inspirando-se sobretudo no recente episódio da independência dos Estados Unidos.

Havia, portanto, para os habitantes das colônias americanas, dois focos de inspiração de caráter libertário: um, bastante óbvio, dizia respeito a uma revolução bem-sucedida que tinha possibilitado a realização concreta da libertação de um povo e o surgimento de uma nova nação; outro, de caráter ideológico, falava em liberdade e igualdade dos homens e era aprendido fora da colônia por sua elite intelectual; porém, curiosamente conseguia se difundir no seu interior atingindo mesmo os menos favorecidos.

No Brasil, os integrantes dessa elite, por vezes filhos de senhores abastados, haviam tido a possibilidade de estudar em Universidades, não apenas da Metrôpole, mas também inglesas e sobretudo francesas. Nessas Universidades, pelas suas leituras de revolucionárias filosofias políticas contemporâneas e pelas discussões com seus mestres e colegas de outras nações, eram envolvidos pelos valores do iluminismo francês e pelas teorias do jus-naturalismo moderno. Estas ensinavam-lhes que os homens no Estado de Natureza são livres e iguais e a ilustração mostrava-lhes a importância da razão e do desenvolvimento intelectual. Ao voltarem à Colônia era natural que as discussões literárias, filosóficas e políticas continuassem. Espalharam-se, assim, as idéias modernas mesmo entre aqueles que não haviam saído do país.

Na Colônia portuguesa, essas idéias, embora oriundas da França, muitas vezes em sua passagem por Portugal adequavam-se à Ilustração pombalina e, ao chegar a Colônia, pediam uma nova adaptação. Por isso, talvez, em alguns momentos as idéias francesas sem novas roupagens pareciam apresentar mais diretamente as soluções dos problemas; em outros, a versão pombalina surgia como mais correta e, finalmente, determinadas situações coloniais levavam à necessidade de colocar-lhes nova capa.

O discurso escrito

Não é de se estranhar, portanto, se já por volta de 1777 o futuro ouvidor de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga, redigisse sua tese a ser apresentada na Universidade de Coimbra sobre o "Tratado do Direito Natural". Com exceção de certos pensadores, alguns sem dúvida extremamente importantes, como, por exemplo, Rousseau, uma longa discussão sobre os jus-naturalistas que o antecederam estava presente. É verdade que o "Contrato Social" de Rousseau era ainda por demais recente (1762), para já ser objeto de discussão de uma tese de fim de curso de um estudante da Universidade de Coimbra. Mas nesse trabalho de Gonzaga já se encontram as idéias mestras do iluminismo francês, tal como se apresentavam e eram defendidas pelo esclarecido Marquês de Pombal. A tese mantinha-se também dentro dos padrões do jus-naturalismo pombalino.

É bom lembrar que o iluminismo pombalino significou, no plano administrativo, uma interessante e modernizante reforma; o combate à influência e ao poder dos jesuítas no plano educacional e cultural e, no plano teórico-político, a necessidade de valorizar as teorias jus-naturalistas que não implicassem uma defesa da monarquia.

Uma vez que os jesuítas passaram a ser acusados de responsáveis pela decadência de Portugal – Portugal foi um reino grande e livre já não o é mais – torna-se fácil compreender a utilização que o pombalismo fazia de certo jus-naturalismo para a um só tempo combater o poder cultural e político que haviam adquirido bem como sua possível tendência monarcômaca. Lourival Gomes Machado explica bem essa questão: "O rebaixamento, senão a liquidação dos padrões culturais portugueses serão vistos como um dos mais graves crimes do jesuitismo" (2). Esses inimigos do reino deverão "ainda aparecer a um só tempo como rebeldes contra a verdadeira fé e rebeldes contra a cultura" (3). "A grande preocupação do pombalismo era estabelecer um padrão doutrinário negativo e atribuí-lo aos jesuítas. Por certo anti-monárquico e anti-iluminista esse padrão precisava evidenciar-se também ainda como anti-cristão" (4). Pois, embora Pombal combatesse a Companhia de Jesus, não pretendia colocar-se contra Roma. "A solução pombalina é bastante original. Deixando em segundo plano, provisoriamente, o aspecto eclesiástico da questão, primeiro intenta demonstrar que a posição da Companhia constituía agravo à cultura, como que a intimidar os que, desejando defender os padres em desgraça, teriam de passar por inimigos do progresso intelectual. Nesse sentido, a incriminação começa pelo que é básico e fundamental, pois, embora denunciando o conteúdo do pensamento dos jesuítas, volta-se sobretudo contra o método de construção desse pensamento e o processo de transmissão que utilizava em Portugal". (5). É dessa forma, pois, que a substituição educacional e política ao jesuitismo é dada pela "tendência a supervalorização da cultura jurídica e, no interior desta, do desenvolvimento do direito natural". "Para o pombalismo, interessado na instauração de uma nova política que, por certo, alcançava a realidade social de maneira profunda, o direito natural apresentava a oportunidade de, numa só disciplina do conhecimento, abrange-se os três aspectos de sua atividade: a Ilustração e o princípio monárquico, ambos contidos no despotismo esclarecido, mas também os problemas filosóficos-jurídicos que se acendiam no momento da competição entre os príncipes absolutos e a Compa-

nhia de Jesus. O primeiro cuidado seria, portanto, atribuir ao direito natural dos jesuítas todos os maus intentos" (6), incluindo-se nessa pecha o fato de terem admitido a monarquia.

O "Tratado do Direito Natural", de Tomás Antônio Gonzaga, é dedicado a Pombal e procura dar conta da discussão pombalina sobre o jus-naturalismo e a origem da autoridade. Lourival Gomes Machado procura mostrar, em sua análise sobre o "Tratado", que Gonzaga, embora construa uma obra original importante em alguns pontos em relação ao jus-naturalismo pombalino, não o faz, entretanto, naqueles aspectos que poderiam significar uma ruptura política com o governo português. Ao contrário, se o pombalismo procurava abrir caminhos para a construção de uma nova sociedade, o "Tratado" de Gonzaga surge como obra onde se "repele qualquer sugestão de transformação inovadora, restringindo-se a intuítos de conservação e reforço da ordem existente" (7). Esse Tratado "representa um sistema político absolutista" e o "princípio de autoridade apóia-se diretamente no princípio teológico" (8). Afasta-se Gonzaga também do ideal igualitário que se encontra em todo o direito natural moderno. Enfim, em nenhum momento de sua obra teórico-política Gonzaga poderia apresentar-se como um contestador do governo português ou sequer do direito divino dos reis.

Semelhante conclusão pode-se ter em relação à produção literária de Cláudio Manoel da Costa, de Ignácio José de Alvarenga Peixoto e mesmo do autor ou dos autores das "Cartas Chilenas", cuja autoria ainda se discute e costuma ser imputada a Gonzaga ou a alguém do grupo dos inconfidentes. Nely Curti, em sua análise ideológica da produção literária do grupo mineiro, procura mostrar como as obras desses inconfidentes "enquadram-se num esquema lealista, sem revelar quaisquer sinais indicativos de elementos que apontem para a transformação do "status quo" colonial." (9).

Há, é certo, sobretudo nas "Cartas Chilenas", críticas à administração colonial, à estrutura social em mudança, aos abusos cometidos por governadores que destruíam as riquezas da terra e humilhavam os seus "homens de valor". Mas todos esses lamentos são expressão da frustração causada, tanto pela decadência econômica em que se encontravam as Minas como pela maneira pouco respeitosa com que os novos administradores tratavam a elite intelectual da região.

Sem dúvida há, em boa parte da produção literária dos inconfidentes, uma exaltação ao país, às suas riquezas, ao seu povo, aos seus grandes senhores. Mas a Colônia é também apresentada como terra "inculta", onde a "sociedade é bárbara" (10). É dessa forma, como aponta muito bem Nely Curti, que essa dupla dicotomia "terra rica – homens valorosos", "terra rica – sociedade bárbara" é amplamente trabalhada pelo grupo de poetas mineiros (11).

Certamente, esses escritos demonstravam a existência de um sentimento de amor pelo país em que viviam, mas não falavam de sua libertação. Pois, se nas obras desses inconfidentes há crítica e exaltação à terra e aos homens, dificilmente nelas encontram-se falas ou versos que pudessem ser interpretados como propostas de independência ou sublevação da Colônia.

Difícil seria também ver nessas queixas a influência das idéias libertárias-igualitárias do jus-naturalismo europeu ou da ilustração francesa. Ao contrário, nota-se em muitas obras desses inconfidentes a necessidade de, na Colônia, existir uma sociedade hierarquizada. É bem verdade que falam de uma hierarquia fundada em padrões intelectuais de uma sociedade cultivada. Por isso, expressam claramente críticas às medidas populistas adotadas pelo "Fanfarrão Minésio" ou por outros administradores considerados incompetentes, sobretudo por serem incultos. Embora nessas manifestações pudessem ser encontrados valores de caráter intelectual-educacional de nítida inspiração saída da ilustração, essa influência ao que parece não levou esses autores a elaborar obras que enfatizassem os temas da liberdade e igualdade tão caros ao jus-naturalismo europeu contemporâneo, ou que falassem de transformações políticas emancipadoras.

Por tudo isso, se apenas for considerada a análise da produção literária dos inconfidentes, é quase impossível encará-los como conspiradores.

A CONJURAÇÃO

Inspiração

No entanto, em março de 1789, o governador das Minas recebe uma denúncia sobre a existência de uma conjuração com o fim explícito de libertar, senão toda a Colônia, ao menos as Minas de Portugal. A conjuração, que já se desenvolvia há mais de um ano, era realizada por essa mesma ilustre elite intelectual, embora, graças à propaganda, já houvesse se alastrado pelas camadas menos importantes da Capitania.

Curiosamente, também, ao se realizarem as prisões e os sequestros dos bens dos condenados, entre estes surge a famosa biblioteca do Cônego Luís Vieira. O trabalho cuidadoso de Eduardo Frieiro (12) chamou a atenção para a existência de importantes obras proibidas de entrar na Colônia.

É bom lembrar que o pombalismo, ao combater os jesuítas, havia também extinto a censura por eles imposta, instalando, porém, uma outra, definida pela Mesa Censória de Pombal. Volta-se mesmo a condenar Descartes, que já havia sido liberado pelos jesuítas, Rousseau, Voltaire, Raynal, enfim, "as terríveis idéias francesas", bem como jus-naturalistas da importância de Hobbes e Locke. Nas Colônias sempre haviam sido proibidas as obras consideradas subversivas, isto é, aquelas que pudessem de alguma forma incitar à revolta contra a Metrópole, discutir o poder absoluto dos reis ou mesmo a liberdade do cidadão.

Apesar disso, na biblioteca do Cônego foram encontrados, além dos clássicos da Ilustração, como Montesquieu e Voltaire, histórias da América Inglesa, as "Institutions Publiques" de Bielfeld, as "Observations sur le Gouvernement des États Unis de l'Amérique" de Mably, autor ali presente também com outras obras como "Le Droit Publique de l'Europe", e "De l'étude de l'Histoire".

Sem dúvida, Mably é, entre as leituras dos inconfidentes, um dos autores que mais chama a atenção pelo seu igualitarismo e pela sua defesa em favor da comunidade de bens. Para ele, a propriedade era a fonte de todos os males, ameaçando a pró-

pria existência da liberdade: "Etablissez la communaute des biens, et rien n'est ensuite plus aise que d'établir l'égalité des conditions et d'affermir sur ce double fondement le bonheur des hommes" (13).

Talvez, mais instigantes ainda seriam os comentários surgidos durante a conjuração sobre a obra do Abade Raynal: "Histoire Philosophique et Politique des établissements et du commerce des européens dans les deux indes" publicada em 1770. A obra de Raynal parece ter feito sucesso não apenas entre os inconfidentes. Segundo Leroy, citando o conde de Ségur, o livro teria sido objeto de entusiasmo geral por causa de suas declarações violentas contra o poder monárquico, os padres e a escravidão dos negros (14). Defensor da liberdade civil, da igualdade política e do direito à liberdade, Raynal impressiona o grupo mineiro pelos seus prognósticos sobre a libertação da América Inglesa. De fato, embora Raynal tenha levantado essa hipótese em seu livro, no caso da Colônia portuguesa outra é sua análise. "Com respeito às relações de Portugal e sua Colônia, o problema não se coloca em termos de resistência à autoridade, mas sim de providências a serem tomadas para o aproveitamento eficaz das possibilidades da terra e da sociedade brasileira" (15). No entanto, era diversa a leitura e a utilização que o grupo mineiro fazia da obra. Ela surgia em suas considerações como um apelo para que a Colônia brasileira seguisse o exemplo da América Inglesa. Na verdade é essa versão que importa, pois será a difundida.

Mediação

Como muito bem mostraram Motta e Ventura, na sociedade brasileira do século XVIII a transmissão de pensamentos, idéias e mesmo de notícias fazia-se, por excelência, por via oral (16). Portanto, se revolução houve, "das formas de consciência e de representação", ela "se realizou através da mediação tradutora e interpretativa dos grupos letrados detentores da linguagem escrita" (17).

Sem dúvida, conjuração existiu. As Inquirições, os Depoimentos e os Autos de Pergunta nos atestam, pelo testemunho dos próprios inconfidentes, o quanto discutiram e planejaram a sublevação. Certamente, os mais letrados do grupo utilizaram suas informações sobre os mais recentes acontecimentos mundiais e seus conhecimentos teórico-políticos para a elaboração de planos de independência que fossem adequados à realidade da Colônia portuguesa. A Revolução Americana era o modelo que deu certo, a ser seguido, e as idéias da ilustração eram exemplares, pois, afinal, haviam sido objeto de leitura e fizeram parte de suas discussões.

O discurso falado

Pelo discurso falado, tudo foi dito e toda a revolução se fez. "O grupo de opinião foi capaz de fixar argumentos justificativos de uma posição básica de inconformismo" e apresentar a emancipação como única solução possível para o problema das relações Colônia-Metrópole (18).

A crítica racional à situação econômica e social das Minas era apresentada juntamente com a argumentação sobre o absurdo da subordinação econômico-política da Colônia a Portugal: "As Minas eram um país como não havia outro, tinham todas as riquezas em si, e não precisavam de outro país para sua subsistência" (19); "eram as

Minas um país desgraçado, porque tirando-se dele tanto ouro e diamantes nada ficava, e tudo saía para fora, e os pobres filhos da América, sempre famintos, e sem nada de seu; e são tão estúpidos os seus nacionais, que se não lembram disto, ou pelo menos, do que sucedeu de fresco na América Inglesa" (20); "um príncipe europeu não podia ter nada com a América, que era um país livre – o rei de Portugal nada gastou nesta conquista... Esta terra não podia estar sujeita ao rei de Portugal porque os nacionais dela também queriam fazer corpo de República" (21). "Era preciso buscar ocasião em que todo o povo estaria descontente e que agora a havia boa porque se lançava a derrama" (22). Os planos apresentavam, nitidamente, a visão política ideal dos inconfidentes: "Os dízimos seriam percebidos pelos vigários com a condição de sustentarem uns tantos mestres hospitais e outros estabelecimentos pios" (23). "Não havia de haver soldados, mas sim estarem todos alistados e pegarem todos em armas quando necessário e, acabada a precisão, recolherem-se às suas casas, para continuarem a empregar-se nas ocupações em que viviam" (24). "As Minas seriam uma república, fazendo vários parlamentos" (25); "Vila Rica teria uma Universidade como Coimbra" (26). "Nos primeiros três anos serviriam os eleitos" (27).

Sem dúvida, era a espécie de propaganda revolucionária que poderia atingir e convencer os habitantes das Minas. A divulgação dessas idéias já havia ultrapassado os limites do círculo de discussões do grupo de opinião, não era mais preciso citar Voltaire, Raynal ou mesmo Virgílio. O grupo passara à distribuição das tarefas. Tiradentes talvez tenha sido o mais crédulo ou o mais desejoso de realizar a sublevação, pois parece ter sido o único que realmente cumpriu o papel que lhe haviam atribuído: procurar gente para entrar na sedição.

É fácil, portanto, concluir que essa "coterie" de intelectuais com formação ilustrada foi capaz de elaborar e deixar que se propagasse um discurso oral revolucionário adequado aos fins de independência da Colônia. No entanto, ela nada quis ou se permitiu escrever, no mesmo sentido. Não falamos da ação, pois, ao que parece, só Tiradentes tentou empreendê-la. Falamos simplesmente dessa imensa distância que existe entre o discurso falado e o escrito dos inconfidentes ilustrados. Uma única hipótese pode ser levantada para que assim não tivesse sido: a destruição de todos os papéis comprometedores antes das prisões.

Talvez, a defesa estivesse correta em sua argumentação, ao declarar que "eles não haviam cometido crime posto que tudo que haviam feito não passara... de um criminoso excesso de loquacidade e intertenimento de chiméricas idéias, que se desvaneciam logo que cada um desses réus se separavam"(28).

É bem provável que entre o discurso escrito e o falado tenha-se localizado todo o mistério e a tragédia da Inconfidência Mineira.

NOTAS

- (1) Inquirição de Francisco Xavier Machado, citando Tiradentes – **ADIM. Autos da Devassa da Inconfidência Mineira**, Rio de Janeiro, Bibl. Nacional, 1936. v.I, p. 142-143.

- (2) MACHADO, L. G. O "Tratado do Direito Natural" de Tomás Antônio Gonzaga. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Saúde, 1953, p. 59.

(3) Id. *ibid.*, p.61.

(4) Id. *ibid.*, p.62.

(5) Id. *ibid.*, p.62-63.

(6) Id. *ibid.*, p.63.

(7) Id. *ibid.*, p.133.

(8) Id. *ibid.*, p.113.

- (9) CURTI, Nely P.P. "A realidade sócio-econômica das Minas em fins do século XVIII (Análise ideológica da produção literária do grupo mineiro)". **Revista de História**. São Paulo, nº 67, 1967, p.143.

(10) Id. *ibid.*, p.122.

(11) Id. *ibid.*, p.128.

- (12) FRIEIRO, E. **O Diabo na Livraria do Cônego**. São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1957.

(13) MABLY, G.B.de. **Doutes proposés aux philosophes économistes**, Paris, an.III, p.18-22.

(14) LEROY, M. **Historie des Idées Sociales en France**. Paris, Gallimard, 1947, p.231.

(15) SANTOS, Célia G. Quirino. "A Inconfidência Mineira". **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, tomo XX, 1966, p.163.

(16) MOTA C.G. **Nordeste 1817. Estrutura e argumentos**. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.31.

VENTURA, R. "Leituras de Raynal e a ilustração na América Latina". **Estudos Avançados**, São Paulo, 1988, Vol. 2, n.3, p.40.

(17) VENTURA, R. *Id. ibid.*

(18) SANTOS, Célia G. Quirino. *Id. ibid.*, p. 159.

(19) Autos de Perguntas de Francisco de Paula Freire de Andrade. **ADIM. Autos da Devassa da Inconfidência Mineira**. Rio de Janeiro, Bibl. Nacional, 1936, v.IV, p.216.

- (20) Inquirição de José Antônio de Mello, citando Tiradentes. **ADIM, Ibid.**, vol. I, p.135.
- (21) Inquirição de Basílio de Brito Malheiro do Lago, citando Cláudio Manoel da Costa. **ADIM. Ibid.**, vol.I, p.103.
- (22) Carta de Domingos Vidal Barbosa ao Visconde de Barbacena, citando Luís Vieira. **ADIM. Ibid.**, vol.II, p.422.
- (23) Inquirição de Domingos Vidal Barbosa. **ADIM. Ibid.**, Vol.I, p.169.
- (24) Autos de Perguntas de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. **ADIM, Ibid.**, V. IV, p.330.
- (25) Inquirição de José de Rezende Costa, (pai). **ADIM. Ibid.**, V. I, p.215.
- (26) Depoimento de Domingos de Abreu Vieira. **ADIM. ibid.**, V. III, p.401.
- (27) Inquirição de Ignácio Correa Pamplona, citando Carlos Corrêa de Toledo. **ADIM. Ibid.**, V.I, p.147
- (28) **Ibid.**, V.VII, p.69.



CÉLIA GALVÃO QUIRINO

Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, com mestrado e doutorado em Ciência Política pela mesma Universidade. Defendeu as teses *A Posição Ideológica dos Inconfidentes Mineiros e Liberdade e Igualdade no Pensamento Político de Alexis de Tocqueville*. É professora do Departamento de Ciência Política da USP. Suas principais obras publicadas são: *O Pensamento Político Clássico* (organização em colaboração com Maria Teresa Souza), *Constituições* (em colaboração com Maria Lúcia Montes) e *As Constituições Brasileiras e Cidadania* (em colaboração com Maria Lúcia Montes).